

Destiques



Março | 2012

Copyright © 2012 - Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social – SECOM.

Publicação de cunho informativo e de prestação de serviço. Todos os direitos reservados.

É permitida a reprodução total ou parcial da publicação e de informações nela contidas, desde que citada a fonte.

Seu conteúdo não pode ser alterado. As informações aqui divulgadas, sem menção à fonte, são obtidas diretamente de ministérios e instituições da Administração Federal. Informações de origem diversa são veiculadas mediante citação da fonte.

Versão eletrônica disponível nos sítios www.secom.gov.br e www.planalto.gov.br

Divulgado em março de 2012.

Contato: destaques.secom@planalto.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social.

Destaques / Secretaria de Comunicação Social. – Ano V, n. 1 (nov/fev. 2012-). – Brasília: SECOM, 2012-.

v. : il. – Quadrimestral.

Título anterior: Destaques: ações e programas do Governo Federal.

Descrição baseada em: Ano IV, n. 1 (jan./jul. 2011-).

1. Programa do Governo Federal. 2. Política I. Título.

Apresentação

Em sua primeira edição de 2012, o Caderno Destaques traz informações sobre os principais programas lançados entre novembro de 2011 e fevereiro de 2012 e os resultados alcançados nos primeiros 14 meses de gestão, com ênfase nas ações prioritárias do Governo Federal.

A melhoria das condições do mercado de trabalho, em especial o crescimento do emprego formal, uma das grandes mudanças ocorridas no Brasil nos últimos anos, teve sequência em 2011 e é tratada em *Brasil em Números*. Esse capítulo apresenta ainda os resultados da gestão macroeconômica do país, que garantiu o cumprimento das metas de inflação e de superávit primário em 2011, sem abdicar do crescimento do emprego e da renda. Essas medidas propiciaram, também, a consolidação de um ambiente econômico robusto e favorável ao enfrentamento dos desequilíbrios provenientes do cenário internacional, como resumido em *Cenário Econômico*.

Em *Gestão em Destaque*, além dos novos programas do Governo Federal, como o Viver sem Limite e o Crack, é Possível Vencer!, são apresentados os principais resultados das ações do governo para garantir o fortalecimento do modelo de crescimento com inclusão social. Em oito meses, o Brasil sem Miséria permitiu a construção de pactos em todo o país em torno do compromisso com a erradicação da extrema pobreza e já produz resultados efetivos para seus beneficiários. A execução do PAC 2, que acelerou e alcançou números superiores aos do mesmo período do PAC 1, e as ações de apoio à produção mostram que o estímulo à elevação do investimento no Brasil está no centro das prioridades do governo. A realização de oito conferências nacionais e a implantação de várias mesas de negociação reafirmam a importância da participação social na gestão governamental.

Ainda nesse capítulo são apresentados os principais resultados das ações adotadas para garantir serviços de saúde e educação de qualidade a todos os brasileiros, desafios centrais da atual gestão. Os investimentos na preparação do Brasil para a realização da Copa de 2014, os esforços para aprimorar a gestão e os serviços aeroportuários e as principais ações para o fortalecimento da relação federativa são outros temas de destaque. Os eventos multilaterais que contaram com a participação do Brasil e agenda bilateral ocorrida nos últimos meses são abordados no capítulo *Brasil e o Mundo*. Ao final da publicação, na *Agenda Normativa*, estão listados os principais atos assinados no período.

Os editores do Destaques reiteram o agradecimento à participação dos órgãos do Governo Federal no fornecimento das informações contidas nesta publicação. Críticas e sugestões dos leitores são fundamentais para o aperfeiçoamento da publicação e podem ser enviadas para o e-mail destaques.secom@planalto.gov.br.

Equipe do Destaques

Sumário

Brasil em Números..... 5

Mercado de trabalho 6

Cenário econômico 9

Gestão em Destaque..... 12

Eradicação da extrema pobreza..... 13

Infraestrutura 16

Desenvolvimento econômico 20

Direitos e cidadania 25

Saúde 30

Educação..... 35

Viver sem limite 38

Plano Integrado de Enfrentamento ao

Crack e outras Drogas 41

Segurança..... 44

Minha Casa, Minha Vida 48

Copa do Mundo 2014 50

Desenvolvimento do setor aéreo 54

Desenvolvimento rural 56

Relação federativa 59

Brasil e o Mundo 61

Agenda regional e multilateral 62

Agenda bilateral 64

Cooperação humanitária 66

Agenda Normativa 67

Econômica e financeira..... 68

Social..... 71

Infraestrutura..... 73

Internacional 74



Brasil em Números

Mercado de trabalho

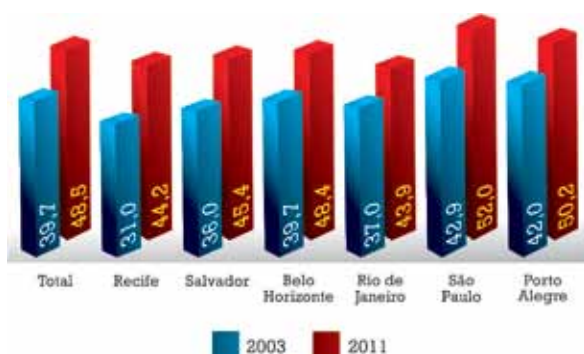
Trabalho e renda nas metrópoles

Mais emprego e menos desigualdade de renda no mercado de trabalho das grandes cidades

Aumento de empregos formais e de trabalhadores contribuindo para a previdência

A participação dos trabalhadores com carteira assinada do setor privado no total de ocupados passou de 39,7%, em 2003, para 48,5%, em 2011. No mesmo período, a proporção de trabalhadores que contribuíam para a previdência passou de 61,2% para 71,0%.

Participação dos empregados com carteira assinada do setor privado no total de ocupados, 2003 e 2011 (%)

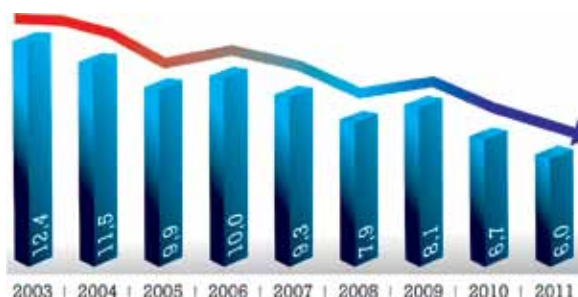


Fonte: IBGE/Retrospectiva da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) 2003 a 2011.
Nota: A PME é realizada nas Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

O menor índice de desemprego em 2011

A taxa média de desemprego diminuiu pela metade entre 2003 e 2011, passando de 12,4% para 6,0%.

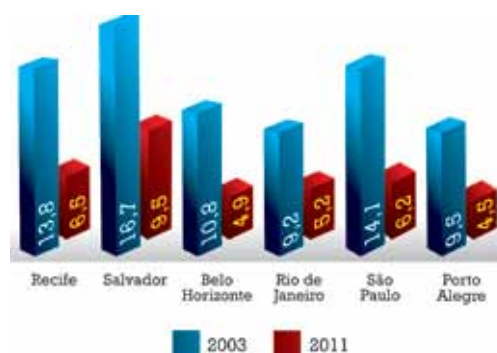
Taxa média de desemprego, 2003 a 2011 (%)



Fonte: IBGE/Retrospectiva da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) 2003 a 2011.
Nota: A PME é realizada nas Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

São Paulo (de 14,1% para 6,2%) e Recife (de 13,8% para 6,5%) são os exemplos mais contundentes da queda das taxas de desemprego, que alcançou todas as regiões metropolitanas, entre 2003 e 2011. As disparidades regionais também diminuiram no mesmo período.

Taxa média de desemprego, 2003 e 2011 (em %)



Fonte: IBGE/Retrospectiva da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), 2003 a 2011
Nota: A PME é realizada nas Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Cresce a participação das mulheres no mercado de trabalho

Entre 2003 e 2011, a População Economicamente Ativa (PEA) feminina (conjunto de mulheres com idade acima de 10 anos que estavam trabalhando ou procurando trabalho) cresceu 17,3%, enquanto a PEA masculina aumentou 9,7%. A participação das mulheres na PEA passou de 44,4% em 2003, para 46,1% em 2011.

No mesmo período, as mulheres aumentaram sua participação na população ocupada, passando de 43,0% para 45,4%. Salvador é a região metropolitana com maior proporção de mulheres ocupadas com 47,0%, e Rio de Janeiro a menor, com 44,3%.

Diminuem as diferenças entre os rendimentos do trabalho

Entre 2003 e 2011, o rendimento real médio das mulheres cresceu 24,9%, variação superior à observada entre os homens. A remuneração média das mulheres passou a corresponder a 72,3% da masculina, em 2011, situação menos desigual que em 2003, quando esta proporção equivalia a 70,8%.

Proporção do rendimento* da mulher sobre o rendimento do homem, 2003 e 2011(%)



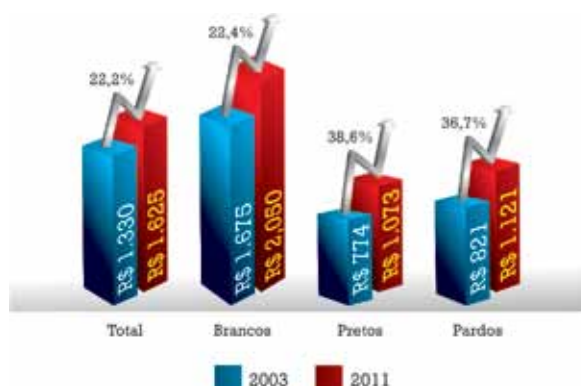
Fonte: IBGE/Retrospectiva da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) 2003 a 2011

*Rendimento médio real habitualmente recebido no trabalho principal, a preços de dezembro de 2011.

Nota: A PME é realizada nas Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Também por raça e cor diminuíram as desigualdades entre rendimentos. Entre 2003 e 2011, os rendimentos dos pretos e pardos cresceram mais que os rendimentos dos brancos.

Variação e valor do rendimento médio real* por cor, 2003 e 2011



Fonte: IBGE/Retrospectiva da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) 2003 a 2011

*Rendimento médio real habitualmente recebido no trabalho principal, a preços de dezembro de 2011.

Nota: A PME é realizada nas Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Renda per capita aumenta, pobreza e desigualdade diminuem

Entre janeiro de 2011 e janeiro de 2012:

- A renda média familiar per capita cresceu 2,7%, mesmo crescimento acumulado em seis anos, entre 2002 e 2008.
- O índice de Gini, que mede a concentração de renda, caiu 2,1%, atingindo 0,5190, abaixo de seu piso histórico de 1960 (0,5367);
- A pobreza caiu 7,9%, ritmo anual 3 vezes maior que o necessário para alcançar a meta estabelecida pela ONU. A meta dos Objetivos do Milênio, já cumprida pelo Brasil, era a redução da pobreza à metade, entre 1990 e 2015.

Entre 2003 e 2011, a Classe C incorporou 39,6 milhões de brasileiros, um crescimento de 60,1%.

No mesmo período, 9,2 milhões de brasileiros foram incorporados à Classe AB.



Fonte: FGV/Centro de Políticas Sociais

Cai o subregistro civil de nascimentos

O subregistro civil de nascimentos – nascimentos não registrados no ano de ocorrência ou até o primeiro trimestre do ano seguinte – decresceu de 23%, em 2001, para 6,6%, em 2010. Com esses resultados, o Brasil está próximo de erradicar o subregistro, o que ocorre, para a Organização das Nações Unidas (ONU), quando o índice de subregistro alcança 5,0%.

Estimativas de subregistro civil de nascimentos
Brasil, 2000-2010 (%)



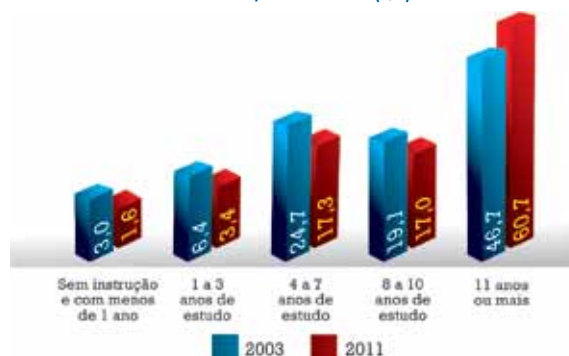
Fonte: IBGE /Estatísticas de Registro Civil 2010

Tais resultados devem-se à combinação de várias políticas. Destacam-se a gratuidade da primeira via dos registros de nascimento e óbito; a realização de mutirões e campanhas de divulgação; a solicitação de registro de nascimento pelos programas de Assistência Social e transferência de renda, em especial o Programa Bolsa Família; e o **Compromisso Nacional pela Erradicação do Subregistro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica**. Outro fator que contribuiu para a queda do subregistro é o fato de que 97,8% dos nascimentos registrados são realizados em hospitais.

Trabalhadores mais escolarizados

Em 2003, 46,7% da população ocupada tinham 11 anos ou mais de estudo, parcela que cresceu para 60,7%, em 2011. Nesse grupo, destacam-se os trabalhadores com ensino superior, que em 2003 representavam 13,8% da população ocupada, passando para 18,6%, em 2011.

Distribuição de pessoas ocupadas, segundo anos de estudo, Brasil, 2003-2011 (%)



Fonte: IBGE/Retrospectiva da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) 2003 a 2011

Nota: A PME é realizada nas Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre



Cenário econômico

Balanço de 2011 e perspectivas para 2012

Manutenção do rigor fiscal e da estabilidade econômica são as bases para garantir mais crescimento e geração de empregos em 2012.

Em 2011, o superávit acumulado do setor público consolidado (Governo Central, Governos Regionais e Estaduais) foi de R\$ 128,7 bilhões, equivalente a 3,1% do PIB.

Esse valor supera em R\$ 820 milhões a meta de R\$ 127,9 bilhões, já considerada a elevação da meta em R\$ 10 bilhões efetuada pelo Governo. Representa, ainda, em termos nominais, um crescimento de 26,6% em relação a 2010.

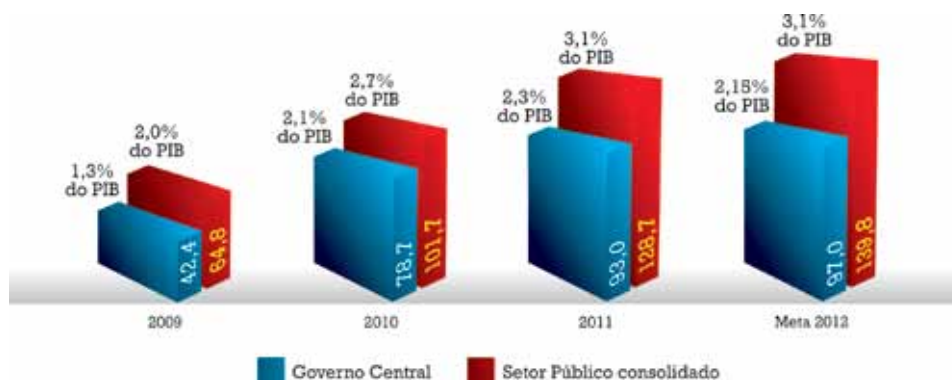
A evolução das contas do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) foi fundamental para esse resultado. Em 2011, o superávit primário do Governo Central alcançou R\$ 93 bilhões, montante 18,2% superior, em termos nominais, ao de 2010, e R\$ 1,3 bilhão superior à meta de R\$ 91,8 bilhões.

Para 2012, as metas de superávit primário do Governo Central e do setor público consolidado foram elevadas para R\$ 97,0 bilhões e R\$ 139,8 bilhões, respectivamente.

Para garantir o cumprimento das novas metas, o Governo efetuou um corte de R\$ 55 bilhões nas despesas previstas no Orçamento Geral da União.

Em janeiro, os superávits primários do Governo Central e do setor público consolidado foram de R\$ 20,2 bilhões e 26,0 bilhões respectivamente, os melhores resultados para o mês desde o início da série, em 2001. Com esses resultados, o Governo Central já alcançou 20,9% da meta prevista para o ano, e o setor público consolidado, 18,6%.

Evolução dos Resultados Primários do Governo Central e do Setor Público Consolidado entre 2009 e 2011 e as metas de 2012 – Em R\$ correntes



Fonte: Banco Central do Brasil; LDO 2012

Moderação na Atividade Econômica e Crescimento do Emprego

Em 2011, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,7%. A economia manteve crescimento em todos os componentes da oferta e da demanda, embora tenha crescido em ritmo inferior ao registrado em 2010 (7,5%).

Por componentes da oferta, a Agropecuária teve o melhor desempenho em 2011, com crescimento de 3,9%, seguida do setor de Serviços (2,7%) e da Indústria (1,8%).

Na Indústria, os destaques positivos ficaram por conta dos subsetores de Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (3,8%), Construção civil (3,6%) e Indústria Extrativa mineral (3,2%). A Indústria de transformação apresentou estabilidade (0,1%) em relação a 2010.

Na análise da demanda, a Formação Bruta de Capital Fixo cresceu 4,7% em 2011, ritmo superior ao registrado para o Consumo das famílias (4,1%) que, por sua vez, assinala o oitavo ano seguido de expansão.

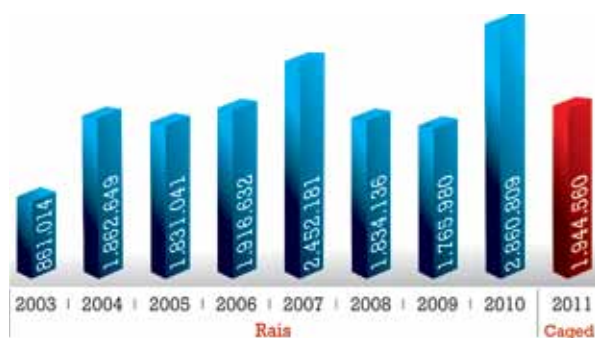
Crescimento do PIB e de seus componentes em 2011 (%)



Fonte: IBGE

Em 2011, o mercado de trabalho manteve-se em expansão, com geração de 1.944.560 empregos formais. No primeiro bimestre de 2012, foram gerados 293.987 empregos celetistas.

Saldo de empregos gerados entre 2003 e 2011

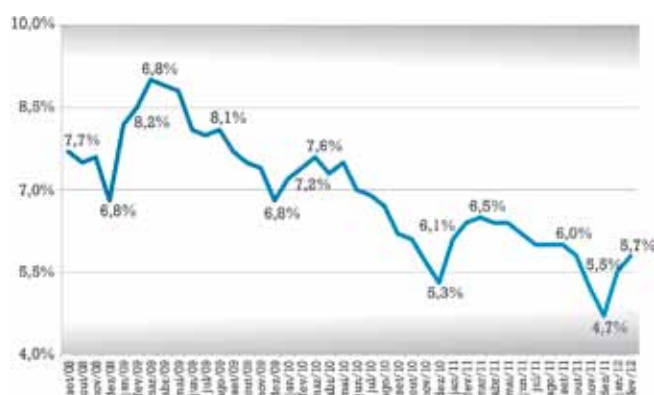


Fonte: MTE - RAIS (2003/2010); CAGED (2011)

O desemprego medido nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE - Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife, Salvador e São Paulo -, manteve tendência de queda, tendo alcançado 4,7% em dezembro, a menor taxa estimada de toda a série iniciada em 2002, quando foi reformulada a pesquisa. A taxa de desemprego média de 2011 foi estimada em 6,0%.

Nos primeiros dois meses 2012, as taxas de desemprego estimadas – 5,5% em janeiro e 5,7% em fevereiro - também correspondem às menores taxas verificadas para estes meses na série iniciada em 2002. A formalização do mercado de trabalho mantém-se ascendente, com forte crescimento, nos últimos doze meses terminados em fevereiro, do emprego com carteira assinada (+5,4%) e recuo do emprego sem carteira (-7,7%).

Evolução da taxa de desemprego metropolitana (PME)

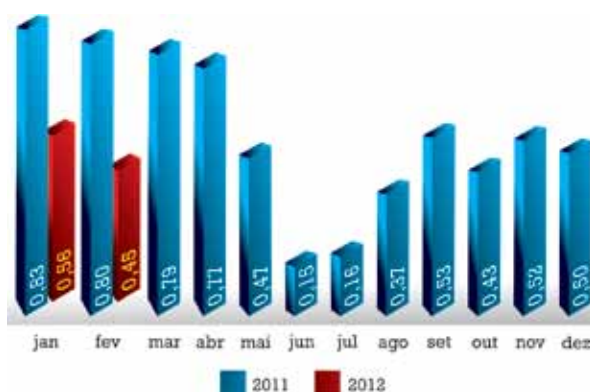


Fonte: IBGE

Comportamento dos preços

Em 2011, o IPCA acumulado ficou em 6,5%, mantendo-se, pelo sétimo ano consecutivo, dentro do limite da meta de inflação fixada pelo Banco Central. No primeiro semestre de 2011, os índices de preços foram pressionados principalmente pelos preços dos alimentos, influenciados pelo comportamento das commodities no mercado internacional. Nesse contexto, para garantir a estabilidade de preços, o Governo Federal atuou por meio da elevação dos juros, combinada a medidas macroprudenciais de contenção do crédito e de consolidação fiscal.

Evolução mensal do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)



Fonte: IBGE

Ao longo do segundo semestre de 2011 e no primeiro bimestre de 2012, o IPCA manteve-se em patamar significativamente inferior ao observado no primeiro quadrimestre de 2011, abrindo espaço para a convergência da inflação para o centro da meta de 2012.

Solidez Internacional

Em 2011, o comércio exterior registrou os maiores volumes de transações da história: as exportações totalizaram US\$ 256,0 bilhões, e as importações, US\$ 226,3 bilhões. A corrente de comércio alcançou US\$ 482,3 bilhões, crescimento de 25,7% em relação a 2010, na comparação pela média diária. O superávit comercial chegou a US\$ 29,8 bilhões, crescimento de 47,8% em relação ao superávit obtido no mesmo período do ano anterior, também na comparação pela média diária.

Os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) encerraram o ano de 2011 com volume também recorde de US\$ 66,7 bilhões, montante 37,4% superior ao registrado em 2010, o que consolida o país como destino privilegiado de investimentos. Em janeiro de 2012, o volume de IED alcançou US\$ 5,4 bilhões. O Tesouro Nacional segue reduzindo o custo de captação de recursos no exterior. Em janeiro, reemitiu seu título de referência de 10 anos, no valor de US\$ 825 milhões, e a taxa de retorno para o investidor para esta emissão ficou em 3,449% a.a., a menor taxa dentre as emissões de bônus da dívida externa já realizadas pelo País.

As reservas internacionais fecharam o ano de 2011 em US\$ 352,0 bilhões, crescimento de US\$ 63,4 bilhões em relação a 2010. Em fevereiro de 2012, as reservas atingiram US\$ 356,3 bilhões.



Gestão em Destaque

Erradicação da extrema pobreza

Brasil sem Miséria

Nos primeiros oito meses, parcerias com todos os estados e bons resultados no atendimento à população extremamente pobre

GARANTIA DE RENDA

Como resultado da **Busca Ativa**, que promoveu, entre junho e dezembro de 2011, a inclusão de 499 mil famílias no Cadastro Único para Programas Sociais, mais 325 mil famílias passaram a receber benefícios do Programa Bolsa Família. Para 2012, a meta é incluir 320 mil novas famílias.

Gestantes e nutrízes: 141,9 mil nutrízes e 99,3 mil gestantes receberam o Bolsa Família no mês de fevereiro de 2012. As gestantes são cadastradas para receber o benefício a partir do momento em que iniciam o acompanhamento pré-natal por meio da Rede Cegonha.

INCLUSÃO PRODUTIVA URBANA

Qualificação profissional

Programa Mulheres Mil: foi efetivada a matrícula de 10.056 mulheres em 37 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, distribuídas em 111 câmpus em todo o Brasil. Inicialmente, as mulheres passam por um módulo de capacitação que considera a vivência e a necessidade de efetivação de direitos. Em seguida, de acordo com a vocação econômica local e a experiência das participantes, será desenvolvido um módulo voltado para a qualificação do trabalho.

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC): mais de 20 mil novas vagas foram pactuadas entre o final de 2011 e

o início de fevereiro de 2012. Ao todo, já são 83 mil vagas acordadas com municípios, Institutos Federais e Sistema S para atender à população extremamente pobre.

Em 2012, a meta é formar 80 mil pessoas e ter outras 150 mil realizando curso de capacitação.

NOVO CADASTRO ÚNICO CHEGA A 98,1% DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

O novo Cadastro Único, lançado em agosto de 2011, chegou a 5.463 municípios brasileiros. O sistema é uma importante ferramenta para acompanhamento dos beneficiários das políticas sociais brasileiras, em especial da população extremamente pobre.

Os demais 102 municípios, que ainda usam a versão anterior, têm dificuldades de conexão com a internet, as quais deverão ser sanadas a partir da atuação integrada dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Defesa e das Comunicações.

Empreendedor Individual (MEI)

Desde o lançamento do Brasil Sem Miséria, foram formalizados 84 mil novos MEIs que estão no Cadastro Único (aumento de 59%), dos quais 40 mil são beneficiários do Programa Bolsa Família (aumento de 50%). Além da formalização, 18 mil pessoas receberam assistência técnica por meio do Programa Negócio a Negócio, do SEBRAE, e foram visitadas em seus empreendimentos.

Acesso ao microcrédito

Foram realizadas 203.453 operações de microcrédito produtivo orientado a 199.935 famílias em situação de extrema pobreza, entre setembro e dezembro de 2011. Isto significa que, nos quatro primeiros meses do Crescer - Programa Nacional de Microcrédito, 34,8% das operações foram feitas com o público de extrema pobreza do Brasil Sem Miséria. O valor médio desses empréstimos para famílias extremamente pobres foi de R\$ 970,47 e o prazo médio de 8,5 meses.

INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL

Fomento às atividades produtivas rurais

Assistência técnica: 456 agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) atendem 37 mil famílias de agricultores familiares extremamente pobres em todos os estados do Nordeste e em Minas Gerais. Dessas famílias, cerca de 4,5 mil são de povos e comunidades tradicionais.

Em 2011, essas famílias receberam 375 toneladas de sementes de milho, feijão e hortaliças certificadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Em 2012, a meta é chegar a 179 mil famílias atendidas pelos agentes de ATER.

Fomento: em fevereiro de 2012, 1.138 famílias receberam parcela do auxílio financeiro para fomento da produção, que prevê repasse a fundo perdido de R\$ 2.400, pagos em três parcelas, por até dois anos. Para este ano, a meta é chegar a 100 mil famílias.

ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE É O MAIOR DA SÉRIE HISTÓRICA

No segundo semestre de 2011, 71,85% das famílias do Programa Bolsa Família receberam acompanhamento de condicionalidades de **saúde**, o melhor resultado desde o início da série, em 2006.

Os dados indicam que 99% das crianças beneficiárias acompanhadas estavam com o calendário de vacinação em dia. Entre as gestantes, 99,1% estavam com pré-natal em dia.

Os números referentes às condicionalidades de **educação** também são positivos. Cerca de 86,6% dos alunos beneficiários com idade entre 6 e 17 anos tiveram registro de acompanhamento em outubro e novembro de 2011, dos quais 96% apresentaram frequência escolar igual ou superior à requerida pelo Programa.

Água para Todos

Desde o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria, foram entregues 84,7 mil cisternas, 68,8 mil estão em construção e 163,7 mil foram licitadas ou estão em processo de contratação.

Para 2012, pretende-se chegar a 372 mil famílias atendidas com água para beber e 61 mil com água para produção, viabilizando a construção de mais 433 mil cisternas.

Compras públicas

Em 2011, 82,7 mil agricultores familiares extremamente pobres participaram do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com investimentos de R\$ 322 milhões no ano. A meta para 2012 é alcançar 158 mil famílias em situação de extrema pobreza.

Bolsa Verde

Os pagamentos começaram a ser realizados em outubro de 2011 e o número de famílias atendidas chegou a 16,6 mil. A previsão para 2012 é atender 73 mil famílias, antecipando a meta inicialmente estabelecida para 2014.

ACESSO A SERVIÇOS DE SAÚDE

Unidades Básicas de Saúde (UBS): foi repassada a 1ª parcela de recursos para construção de 2.077 unidades em áreas prioritárias para o combate à extrema pobreza.

Equipes de Saúde da Família: em 2011, foram implantadas 427 novas equipes para ampliar a cobertura de famílias em situação de extrema pobreza.

PACTUAÇÃO FEDERATIVA

Em dezembro de 2011, foi firmado pacto com os governadores do Centro-Oeste para implementação do Brasil Sem Miséria na região. Com o ato, todos os governadores das cinco regiões formalizaram o compromisso para realizar, em cooperação, as ações necessárias à execução do Plano.

Atualmente, 10 estados brasileiros têm programas complementares de renda com cartão conjunto ao do Bolsa Família: Acre, Amapá, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e São Paulo. Essa parceria entre Governo Federal e governos estaduais permitirá que 3,5 milhões de pessoas saiam da extrema pobreza até 2014.



PLANO
**BRASIL
SEM
MISÉRIA**

Infraestrutura

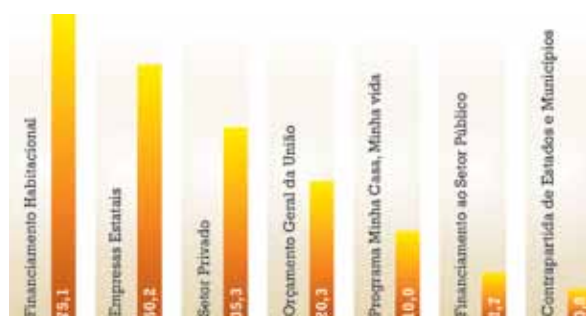
PAC 2

Investimentos em infraestrutura aceleram e contribuem para manter o país em desenvolvimento

O ritmo de evolução do PAC 2 acelerou no segundo semestre de 2011, mostrando-se 136% superior, em relação aos seis meses anteriores.

Até o final de 2011, foram executados R\$ 204,4 bilhões, 21% do total previsto para o período 2011-2014.

Execução do PAC 2 em 2011 por fonte de recursos em R\$ (bilhões)



*Os valores da execução global não consideram os pagos pelo programa Minha Casa, Minha Vida

Em comparação ao primeiro ano do PAC 1, em 2007, também houve aceleração do pagamento e empenho com recursos do Orçamento Geral da União (OGU). Os R\$ 28 bilhões (incluindo Minha Casa, Minha Vida) pagos ao final de 2011 representam aumento de 284% em relação a 2007.

Considerando o **valor dos empreendimentos**, nos eixos Transportes, Energia, Mobilidade Urbana, Luz para Todos e Recursos Hídricos:

- 7% das obras foram concluídas.
- 83% das obras em ritmo adequado.

OBRAS CONCLUÍDAS

As obras concluídas em 2011 representam um investimento de **R\$ 142,8 bilhões**, dos quais R\$ 127 bilhões foram realizados nesse ano, o que representa 17,9% do previsto para ser concluído até 2014. Os principais destaques são:

- **Urbanização** de 420 assentamentos precários.
- 628 km em **rodovias**, com investimentos de R\$ 6,1 bilhões.

- Nesse total, estão incluídas duplicação de trechos da BR-262 (MG) e da BR-070 (GO); construção de trechos da BR-158 (MT) e da BR-359 (MS); adequação das BRs 020 (DF) e 450 (DF); além da construção e pavimentação de trechos das BRs 364 (AC), 242 (TO), 163 (PA/MT), 359 (MS) e 158 (MT).

- Oito obras em **portos**, entre elas a dragagem dos portos de Itajaí e São Francisco do Sul (SC), Suape (PE) e Rio de Janeiro.

- **10 obras em aeroportos**, entre as quais as ampliações dos aeroportos de Guarulhos e Campinas (SP), Vitória (ES), Goiânia (GO), Cuiabá (MT) e Porto Alegre (RS).

- Entrada em operação comercial das **usinas hidrelétricas** de Estreito (MA/TO), Dardanelos (MT) e as eólicas Mangue Seco (RN) 1, 2, 3 e 5 e Cerro Chato I, II, III e Fazenda Rosário (RS).

- Mais 2.264 km de linhas de **transmissão de energia elétrica**, integrando as usinas geradoras aos centros consumidores de energia.

- 2.823 megawatts acrescidos ao sistema energético brasileiro e 247 mil famílias receberam energia elétrica por meio do programa **Luz para Todos**.

- Iniciada a exploração comercial de 11 **campos de petróleo**:

- Campo marítimo de Mexilhão, da Petrobras, na bacia de Santos e outros dez campos terrestres nas bacias Potiguar, Sergipe-Alagoas e Espírito Santo.

- 10 empreendimentos de **recursos hídricos** construídos. 58 localidades ganharam **sistemas de abastecimento de água**. Foram construídos, ainda, 31 **sistemas de esgotamento sanitário** e 214 áreas urbanas passaram a contar com **água encanada**.

- Concluídas 215 obras de **saneamento** e 13 de **drenagem**, totalizando investimentos de R\$ 109,4 milhões.

OBRAS EM TODO PAÍS SEGUEM BOM RITMO



Transporte

- 3.071 quilômetros de **ferrovias** em construção, dos quais destacam-se os 1.298 km da Ferrovia Norte-Sul, 874 km da Transnordestina e 260 km da Ferronorte.

- Em **rodovias**, são 6.860 km de intervenções em andamento, sendo 746 km iniciados em 2011.

- Das **hidrovias**, além das obras iniciadas nos rios São Francisco e Tietê, 19 terminais hidroviários estão sendo construídos no país.

- No Rio Tietê, estão avançadas as obras de ampliação dos vãos de navegação (espaço entre pilares das pontes que permitem a passagem das embarcações) das pontes nas rodovias SP-425 e

SP-333, com a execução de 73% e 85%, respectivamente.

- No Rio São Francisco, 21% das obras de dragagem de seis pontos críticos foram realizadas em 2011, cumprindo toda a meta prevista para o ano.



Energia

- 236 **poços exploratórios do Pré e Pós-sal** iniciados.

- 85 obras em andamento, que aumentarão em 29.566 MW a capacidade de **geração de energia elétrica** do país: 13 hidrelétricas, 34 termelétricas, 30 usinas eólicas e oito pequenas centrais hidrelétricas.

- Parcela significativa dessa capacidade virá da usina de Belo Monte, em construção no Pará, considerada a maior obra de geração de energia elétrica em construção no mundo, com 11.233 MW de capacidade.

- Para **transmissão de energia**, 23 linhas estão em obras, totalizando 9.819 km, além de 27 subestações transformadoras de energia.

- Em **refino e petroquímica**, destaque para as obras na Refinaria Abreu e Lima (PE), que chegaram a 50% de conclusão.



Equipamentos Sociais

Praticamente todos os projetos selecionados foram contratados:

- Contratadas 99% das 2.105 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e das 117 Unidades de Pronto Atendimento (UPA) selecionadas;

- Contratadas 91% das 1.507 creches e pré-escolas selecionadas, totalizando 1.414 novas creches;

- Contratadas 91% das 1.421 quadras esportivas selecionadas;
- Selecionados 351 municípios, em 27 estados, para a construção de Praças dos Esportes e da Cultura.



Saneamento

- 1,8 mil municípios brasileiros executam obras de esgotamento sanitário, resíduos sólidos, saneamento integrado e desenvolvimento institucional, em projetos selecionados na primeira etapa do PAC, somando investimentos de R\$ 25,1 bilhões.
- Em 2011, foram selecionados outros R\$ 9,9 bilhões em obras, dos quais R\$ 6,4 bilhões já estão contratados, beneficiando 1.621 municípios em todos os estados do país.



Assentamentos precários

- 90% das obras e projetos de urbanização de assentamentos precários estão contratados, do total de R\$ 9 bilhões selecionados.
- 393 municípios contemplados com obras de melhorias das unidades habitacionais, abastecimento de água, tratamento de esgoto, drenagem, iluminação, obras viárias e equipamentos sociais como creches, escolas e praças.
 - Dentre as contratadas, destacam-se as obras de urbanização na Bacia do Rio Camaçari (BA); no bairro São José no Baixo Jaguaribe, em João Pessoa (PB); nas margens do Igarapé dos Franceses, em Manaus (AM); e no bairro Estrada da Saudade, em Petrópolis (RJ).

Além dessas novas obras, outros R\$ 19 bilhões foram contratados na primeira etapa do PAC e financiam importantes obras em andamento:

- Complexo do Alemão (RJ), com 84% das obras concluídas;
- Urbanização às margens do Ribeirão Arrudas para reassentados do projeto de requalificação da região, abrangendo os municípios de Contagem e Belo Horizonte (MG), com 76% de obras concluídas, e reurbanização da comunidade de Vila São José, em Belo Horizonte (MG), com 64% concluídos;
- Obras na Vila do Mar, em Fortaleza (CE), com 54% das intervenções concluídas;
- Na cidade de São Paulo, obras nas comunidades de Heliópolis e de Paraisópolis e nas represas Billings e Guarapiranga, todas com mais da metade das intervenções executadas.



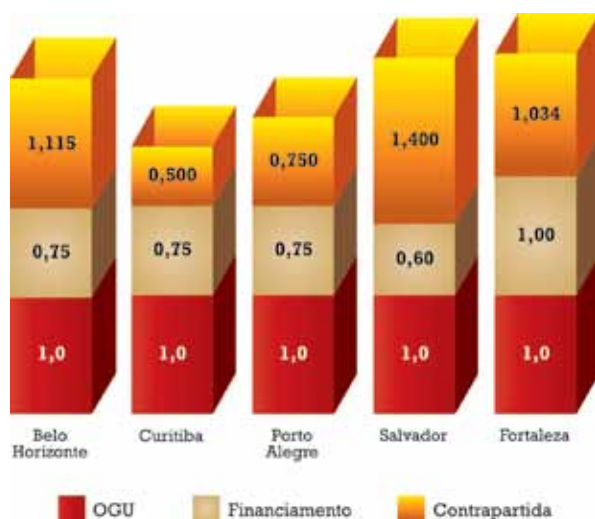
Outras Obras

- Para obras de **contenção de encostas**, foram contratados R\$ 608,3 milhões para 122 empreendimentos que beneficiarão 72 municípios em dez estados.
- No eixo **Água em Áreas Urbanas**, R\$ 2 bilhões foram contratados, dos R\$ 3,6 bilhões selecionados.

MOBILIDADE

Foram selecionados os projetos de **metrô** em Belo Horizonte (MG), Salvador (BA), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS) e Fortaleza (CE), que receberão investimentos de R\$ 13,65 bilhões, para melhorar o transporte público nessas capitais.

Investimentos em metrô (em R\$ bilhões)



Metrô de Salvador

Anunciada em novembro de 2011 a implantação da Linha 2, com previsão de investimento de R\$ 3 bilhões - R\$ 1,6 bilhão do Governo Federal (sendo R\$ 1 bilhão de OGU e R\$ 600 milhões em financiamento) e R\$ 1,4 bilhão de contrapartida.

- O metrô será de superfície e ligará a Avenida Bonocô ao Aeroporto de Salvador, com 20,5 km, passando por mais de 15 bairros.

- Será interligado à linha metroviária que está em fase final de execução por meio da Estação Bonocô, o que garantirá continuidade até a Lapa, passando pela Arena Fonte Nova.

Metrô de Fortaleza

Anunciado em fevereiro o apoio do Governo Federal à implantação da Linha Leste, com investimento total previsto de R\$ 3,034 bilhões, sendo R\$ 2 bilhões do Governo Federal (R\$ 1 bilhão do OGU e R\$ 1 bilhão de financiamento) e R\$ 1,034 bilhão de contrapartida do Estado.

- Ligará o centro de Fortaleza ao bairro Edson Queiroz, com extensão de 12,45 km (11,1 km subterrâneos), será integrado com a Linha Sul (em fase final de construção) e com a Linha Oeste (VLT Diesel), a partir da estação central Xico da Silva.
- A Linha Leste será cortada pelo Ramal Parangaba-Mucuripe (VLT), empreendimento em licitação previsto para Copa 2014.

PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DA FROTA (PROMEF)

O Brasil tem hoje a quarta maior carteira de encomendas de petroleiros e a quinta de encomenda de navios em geral.

A indústria naval brasileira oferece 60 mil empregos diretos.

PETROLEIROS – PRINCIPAIS RESULTADOS

Entregue, em novembro, de 2011, o **Navio Celso Furtado**, com capacidade para 48,3 mil toneladas de porte bruto. Esse navio será responsável pelo transporte, entre os estados da federação, de produtos derivados

de petróleo e álcool como gasolina, diesel, nafta e querosene de aviação (QAV).

Outros 49 navios estão previstos: 22 navios da primeira fase do programa, todos em construção; e 26 da segunda, dos quais 18 navios estão em construção.

EMBARCAÇÕES DE APOIO – PRINCIPAIS RESULTADOS

- 58 empreendimentos entregues
 - 16 embarcações de apoio à navegação
 - 17 embarcações de apoio à plataforma
 - 23 embarcações de carga
 - 2 estaleiros
- 168 novos empreendimentos contratados

Desenvolvimento econômico

Políticas e ações para fomentar o crescimento

Estímulo às micro e pequenas empresas, redução de tributos e oferta de crédito para manter o crescimento

MAIS FACILIDADES PARA PEQUENOS EMPREENDEDORES

Crescer – Programa Nacional de Microcrédito

Desde o início das operações, em setembro de 2011, até janeiro de 2012, foram efetivados 774 mil financiamentos com desembolso de R\$ 941 milhões. O valor médio das operações de crédito foi de R\$ 1,2 mil. Cerca de 67% das operações foram concedidas a mulheres e 80% do crédito foi concedido a pequenos empreendedores na região Nordeste.

MEI - Empreendedores Individuais

Em dezembro de 2011, o número de empreendedores individuais cadastrados era de 1.895.533. Nos dois primeiros meses de 2012 houve 220.113 novas adesões, totalizando 2.115.546 empreendedores individuais. As atividades mais frequentes dos microempreendedores foram comércio varejista de vestuário e acessórios, cabeleireiros, lanchonetes, casas de chá, sucos e similares. Ao se cadastrar o empreendedor se formaliza e pode emitir nota fiscal e acessar os benefícios da previdência social.

EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada

A Lei 12.441/2011 permite, desde janeiro, a abertura de uma empresa sem a necessidade de sócio.

Com a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI é possível que uma única pessoa física seja titular de todo o capital da empresa. Esse capital, que deve estar disponível em dinheiro, bens ou direitos, não pode ser inferior a cem vezes o valor do salário mínimo vigente, ou seja, R\$ 62.200 em 2012. A responsabilidade do proprietário é limitada ao capital da empresa, protegendo o patrimônio pessoal. Poderá ser atribuída à EIRELI a remuneração decorrente da cessão de direitos patrimoniais de autor ou de imagem, nome, marca ou voz de que seja detentor o titular da pessoa jurídica, vinculados à atividade profissional.

BRASIL MAIOR

Redução da carga tributária dos *Tablets* produzidos no Brasil

Treze empresas já estão habilitadas para fabricar *tablets*, usufruindo dos benefícios fiscais: redução de 80% da alíquota do IPI (que passa de 15% para 3%), e isenção da alíquota de PIS e Cofins (9,75%). Em alguns estados, podem ainda ter redução da alíquota do ICMS. Para se habilitar, as empresas têm que se adequar às normas de produção e de nacionalização de componentes dos *tablets* estabelecidas pelo Governo Federal.

Desoneração das Exportações (Reintegra)

Desde dezembro de 2011, as empresas exportadoras podem solicitar a restituição de 3% da receita de exportação, referentes à incidência de tributos indiretos (CIDE, IOF, PIS, etc) sobre as exportações brasileiras. O Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) beneficia produtos em que os custos de insumos importados não ultrapassem 40% do preço de exportação. Para bens considerados de alta tecnologia, onde há necessidade de maior de importação de insumos para garantia de competitividade, este percentual é de 65%. As empresas exportadoras poderão utilizar os valores para compensar débitos tributários ou solicitar a quantia em espécie. Até fevereiro foram solicitados R\$ 86 milhões em créditos tributários.

Compras governamentais

Desde novembro de 2011, está em vigor a margem de preferência de até 8% para o preço dos fornecedores nacionais nas compras governamentais de confecções, calçados e artefatos destinados a uniformes.

Desoneração da folha de pagamento

Desde dezembro de 2011, a Contribuição Patronal Previdenciária de alguns setores passou a ser calculada como um percentual da receita bruta, em substituição à alíquota de 20% sobre a folha de pagamento. Esse percentual é de 2,5% para empresas de tecnologia da informação e comunicação (TI e TICs) e empresas de *call centers* e de 1,5% para empresas de confecções, couro e calçados (Lei 12.546/11).

Crédito para inovação

Em 2011, a FINEP - Agência Brasileira da Inovação liberou recursos da ordem de R\$ 1,75 bilhão em crédito a juros subsidiados para empresas em projetos de inovação. Este montante representa uma ampliação da ordem de 44% em relação ao exercício anterior. Além disso, foram contratadas 104 novas operações de crédito que representam recursos da ordem de R\$ 2,0 bilhões. A política operacional da FINEP está centrada nas seguintes áreas prioritárias: tecnologia da informação e comunicação, energias renováveis, petróleo e gás, defesa e aeroespacial, saúde, desenvolvimento social e tecnologias assistivas.

Crédito para a produção: alteração nas linhas de crédito operadas pelo BNDES

- Prorrogação do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) até dezembro de 2012, com inclusão de novos setores e programas: partes e componentes, equipamentos TICs (Tecnologia da Informação e Comunicação) produzidos no país com tecnologia nacional, ônibus híbridos, Proengenharia e Inovação na Produção;
- Inclusão do setor de autopeças no Programa Revitaliza, destinado a apoiar os setores mais afetados pela valorização cambial.

Fundo Nacional Sobre Mudança do Clima—Fundo Clima

Com atuação pioneira nas áreas de apoio a projetos, estudos e financiamentos de empreendimentos que objetivam a mitigação e adaptação das mudanças climáticas, o Fundo Clima é um dos principais instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima. Possui duas modalidades de apoio: recursos

não reembolsáveis e financiamento. Em 2012, o orçamento do Fundo é de R\$ 560 milhões para empréstimos pelo BNDES e R\$ 30 milhões para apoio não reembolsável.

A modalidade de recursos não reembolsáveis apoiou, em 2011, 23 projetos em áreas como combate à desertificação, sistemas de alerta contra desastres naturais e desenvolvimento tecnológico.

Desde fevereiro de 2012, foi disponibilizada a modalidade de financiamento, operada pelo BNDES, com juros a partir de 2,5% ao ano. É voltada para projetos nas áreas de inovação tecnológica, máquinas e equipamentos com maiores índices de eficiência energética, desenvolvimento de novas fontes de energias renováveis, investimentos em modais de transportes e melhoria da mobilidade urbana, entre outras.

Consultar www.bndes.gov.br para mais informações sobre a modalidade financiamento e www.mma.gov.br/fundoclima para recursos não reembolsáveis.

REDUÇÃO DE IMPOSTOS PARA ESTIMULAR O CRESCIMENTO

Produtos da linha branca com índice de eficiência energética Classe A: redução na alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a partir de dezembro de 2011.

Móveis, laminados PET, papel de parede, luminárias e lustres: redução na alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a partir de março de 2012.

Produtos alimentícios: redução de alíquotas do Programa de Integração Social e da Contribuição para a o Financiamento da Seguridade Social (PIS/COFINS) a partir de dezembro de 2011.

Regime Especial de Tributação da Construção Civil (RET): Incorporadoras imobiliárias que atuam no Minha Casa, Minha Vida foram beneficiadas com redução da alíquota do Regime Especial de Tributação da Construção Civil (RET), que passou de 6% para 1% a partir de primeiro de dezembro de 2011 . As empresas pagam o RET sobre o faturamento, como tributo único, que substitui PIS/Cofins, IRPJ e CSLL.

Imposto	Grupo	Produto	Alíquotas		Vigência
			Antes	Depois	
IPI	Linha Branca	Fogão de cozinha	4%	Zero	Junho/2012
		Refrigeradores e congeladores	15%	5%	
		Lavadora de Roupa	20%	10%	
		Tanquinho	10%	Zero	
	Outros	Móveis	5%	Zero	
		Laminados PET	15%	Zero	
		Papel de parede	20%	10%	
		Luminárias e Lustres	15%	5%	
		Palha de aço	10%	5%	Indefinida
		Papel sintético	15%	Zero	
PIS/COFINS	Alimentos	Massas	9,25%	Zero	Junho/2012
		Farinha de trigo e pão comum	Zero	Zero	Dezembro/2012

MUDANÇAS NO IOF PARA INVESTIMENTO ESTRANGEIRO E CRÉDITO AO CONSUMIDOR

Para tornar mais barato o crédito para pessoas físicas, estimulando o mercado interno, foi reduzida a alíquota de Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) de 3% para 2,5% ao ano. Para os investi-

mentos externos, as medidas de dezembro de 2011 e de fevereiro e março de 2012 visam a gestão do fluxo cambial diante dos reflexos da crise internacional. Com as medidas, o governo desestimula a entrada de capital de curto prazo decorrente do excesso de liquidez internacional e mantém os incentivos ao capital para o financiamento produtivo privado.

Medida		Alíquotas		Vigência
		Antes	Depois	
IOF	Empréstimos externos de 2 a 5 anos de prazo	Zero	6%	Indefinida
	Investimento externo em ações	2%	Zero	
	Venture Capital (capital de risco)	2%	Zero	
	Cancelamento de recibos de ações de empresas brasileiras negociadas no exterior	2%	Zero	Indefinida
	Aplicações de não-residentes de títulos privados de longo prazo com duração acima de 4 anos	6%	Zero	
	Crédito para pessoa física	3%	2,5%	Indefinida

FINANCIAMENTO PARA ESTOCAGEM DE ETANOL COMBUSTÍVEL

Para garantir a regularidade da oferta de etanol combustível, reduzindo a volatilidade dos preços, foi criada uma linha de crédito para financiar a estocagem do produto. O valor disponibilizado pelo BNDES e pelo Banco do Brasil é de R\$ 4,5 bilhões, que poderão ser utilizados por usinas, destilarias, cooperativas de produtores, empresas comercializadoras de etanol e distribuidoras de combustível cadastradas na Agência Nacional de Petróleo. O período de contratação da linha vai de 1º de maio de 2012 a 30 de novembro de 2012 para a região Centro-Sul e de 1º de setembro de 2012 a 28 de fevereiro de 2013 para as demais regiões, com taxa de juros anual de 8,7%.

REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA

Em dezembro de 2011, foi sancionada a Lei 12.529, que reestrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), autarquia vinculada ao Ministério da Justiça, será responsável pela análise e julgamento de fusões e aquisições, e pelas ações de prevenção e de repressão às infrações contra a ordem econômica. As operações de fusão deverão ser submetidas ao Cade antes de serem consumadas. Até então, as empresas tinham até 15 dias úteis após a realização da fusão para notificar o Cade, o que tornava o processo ineficaz do ponto de vista da defesa do interesse público, além de ineficiente do ponto de vista econômico.

BANDA LARGA A R\$ 35 EM 692 MUNICÍPIOS

Em janeiro de 2012, 692 municípios já contavam com banda larga a R\$ 35. Nos estados que isentaram o serviço da cobrança do ICMS (São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Goiás, Pernambuco e Pará) o custo da conexão é de R\$ 29,90. As conexões são de 1Mbps (megabit por segundo).

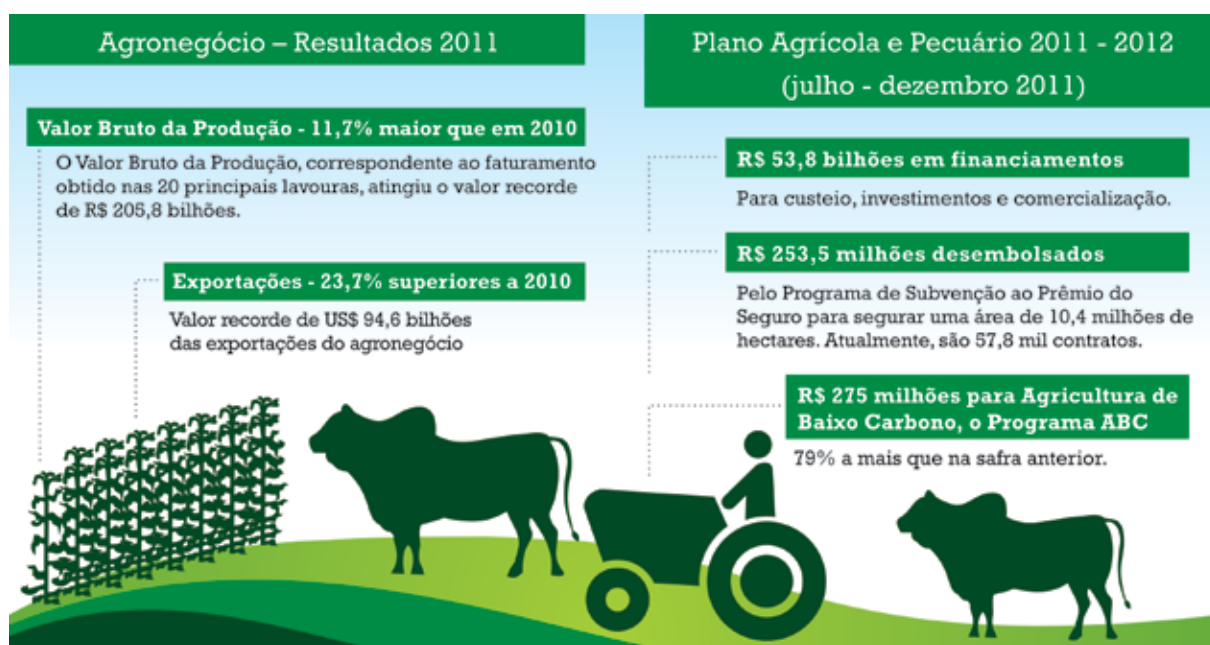
NOVAS REGRAS PARA A CONCESSÃO DE RÁDIOS E TVS COMERCIAIS

Desde janeiro, estão em vigor as novas regras para a licitação de outorgas de rádio e televisão comerciais, determinadas pelo Decreto 7.670/12, que tornam o processo mais rápido e eficiente. O interessado em obter a concessão de uma emissora comercial deverá comprovar a capacidade financeira e técnica para a execução do serviço, elaborar projeto de investimento que demonstre a origem dos recursos que serão utilizados e entregar documentos comprobatórios da idoneidade da entidade e dos sócios. As empresas que vencerem as licitações deverão fazer o pagamento

da outorga e ter o projeto de instalação aprovado antes do envio do processo para a ratificação do Congresso Nacional. Assim que ratificado, poderão iniciar a prestação do serviço. Foram incluídos ainda novos critérios para avaliação das propostas como o tempo destinado às programações local e independente, visando incentivar a regionalização da produção cultural, artística e jornalística, bem como estimular a produção independente.

10 MILHÕES DE TRABALHADORES CADASTRADOS NO PORTAL MAIS EMPREGO

Em funcionamento desde setembro de 2011, o portal Mais Emprego, sistema que integra o Programa Seguro Desemprego às ações de qualificação e intermediação de mão de obra, já atendeu 10 milhões de trabalhadores. Uma vez cadastrado, basta o trabalhador acessar o endereço <http://maisemprego.mte.gov.br> para obter informações sobre seguro desemprego, abono salarial, ofertas de cursos e oportunidades de trabalho. Atualmente 775 mil empresas disponibilizam vagas de emprego no portal.



Direitos e cidadania

Consolidar e ampliar direitos

O diálogo do Governo com a sociedade é fundamental para consolidar cada vez mais a democracia.

CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE 2011

Oito Conferências Nacionais, realizadas em novembro e dezembro de 2011, contaram com a participação de cerca de 16 mil pessoas, entre delegados, convidados e observadores nacionais e internacionais. Para preparar estas etapas nacionais, foram realizadas, entre março e outubro, 13,8 mil conferências municipais e estaduais em todas as unidades da federação, além de conferências livres, consultas a grupos específicos e conferência virtual.

Conferências	Data/Local	Tema Central	Participantes da Etapa Nacional	Conferências Municipais
4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	07 a 11/11/2011, em Salvador, BA	Construir compromissos para efetivar o direito humano à alimentação adequada e saudável e promover a soberania alimentar por meio da implementação da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.	1.996	967
5ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais	08 a 10/11/2011, em Brasília, DF	2ª Geração de Políticas Públicas para Arranjos Produtivos Locais: Competitividade e Sustentabilidade.	850	-
3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa	23 a 25/11/2011, em Brasília, DF	O Compromisso de Todos por um Envelhecimento Digno no Brasil.	884	731
14ª Conferência Nacional de Saúde	30/11 a 04/12/2011, em Brasília, DF	“Todos usam o SUS! SUS na Seguridade Social - Política Pública, Patrimônio do Povo Brasileiro”. Acesso e acolhimento com qualidade: um desafio para o SUS.	3.430	4.347
8ª Conferência Nacional de Assistência Social	07 a 10/12/2011, em Brasília, DF	Os avanços na consolidação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS com a valorização dos trabalhadores e a qualificação da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios.	2.000	4.856
2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude	09 a 12/12/2011, em Brasília, DF	Juventude, Desenvolvimento e Efetivação de Direitos . Conquistar Direitos e Desenvolver o Brasil.	3.000	1602*
3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres	12 a 15/12/2011, em Brasília, DF	Discutir e elaborar propostas de políticas que contemplem a construção da igualdade de gênero, na perspectiva do fortalecimento da autonomia econômica, social, cultural e política das mulheres, e contribuam para a erradicação da pobreza extrema e para o exercício pleno da cidadania pelas mulheres brasileiras.	2.806	1.307

2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT	15 a 18/12/2011, em Brasília, DF	Por um país livre da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania LGBT.	1.022	57
--	----------------------------------	---	-------	----

* Incluiu 445 conferências livres, regionais e territoriais; consulta nacional para comunidades tradicionais e conferência nacional virtual.

3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

Merecem destaque as resoluções sobre a garantia e ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas; a criação e ampliação de programas de qualificação, capacitação e formação de mulheres para o mercado de trabalho; a garantia da licença maternidade de 180 dias a todas as trabalhadoras; e a ampliação da construção e financiamento de creches e pré-escolas.

APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação Direta de Inconstitucionalidade 4424 estabeleceu que um agressor será processado mesmo que a mulher não apresente denúncia ou, depois de apresentada, retire a queixa, cabendo ao Ministério Público dar início a ação penal sem necessidade de representação da vítima.

2ª Conferência Nacional de Juventude debate o desenvolvimento sustentável

O debate foi estruturado em cinco eixos: direito ao desenvolvimento integral; direito ao território; direito à experimentação e qualidade de vida; direito à diversidade e à vida segura; e direito à participação e fortalecimento institucional.

O envelhecimento com dignidade foi o mote da 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

Foram definidas as prioridades sobre o envelhecimento com qualidade de vida, os avanços e os próximos desafios da Política Nacional do Idoso. Em 2010, a População com mais de 60 anos no Brasil representava 10,8% da população brasileira. Para os próximos 30 anos, a previsão é que os idosos ultrapassem 50 milhões de pessoas. Serão 28% da população e a média de anos de vida prevista será de 81,29 anos.

2ª Conferência LGBT propõe diretrizes para cidadania e combate à discriminação

Foram debatidas e aprovadas cerca de 90 diretrizes que serão incorporadas ao Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNLGBT). Entre os vinte temas debatidos, Segurança Pública, Educação, Saúde e Direitos Humanos ganharam destaque.

CONSTRUINDO SOLUÇÕES EM CONJUNTO

Foram constituídas, ao longo de 2011, novas mesas de diálogo.

Mesa Nacional Permanente para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção

Tem o objetivo de acompanhar e avaliar o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção, firmado em 1º de março de 2012, pelo Governo Federal, entidades representativas do setor patronal e dos trabalhadores da construção. O Compromisso contém diretrizes para o aperfeiçoamento das condições de trabalho na construção, no que diz respeito a recrutamento e seleção; formação e qualificação profissional; saúde e segurança; representação sindical no local de trabalho; condições de trabalho; e relações com a comunidade. O decreto de criação da Mesa foi assinado em 1º de março, junto com o lançamento do Compromisso Nacional.

Mesa Permanente de Diálogo com as Centrais Sindicais

Reúne representantes do Governo Federal e das seis centrais sindicais que, juntos, elegeram temas prioritários para discussão e pactuação, tais como fator previdenciário, valorização das aposentadorias e regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho. Destacou-se, em 2011, a negociação referente às regras de ajuste do salário-mínimo.

Mesa de Diálogo sobre Aeroportos

Instalada e encerrada em 2011, essa Mesa coordenou o diálogo sobre as concessões dos aeroportos de Brasília (DF), Guarulhos (SP) e Viracopos (SP), e resultou no acordo para garantir aos trabalhadores da Infraero que atuam nestes aeroportos a garantia de emprego e benefícios.

Mesa do Movimento dos Atingidos por Barragens

Dialoga sobre as reivindicações do movimento, reunidas em uma pauta nacional. Participam da Mesa representantes de 12 ministérios e das empresas estatais do setor elétrico. Além das pautas nacionais, foram apresentadas pautas regionais. Em 2011, foram criados dois grupos de trabalho, tendo como objetivos a construção de uma política de tratamento às populações atingidas por barragens e o tratamento de situações específicas nos empreendimentos.

Mesa de Diálogo sobre a Política Urbana

Objetiva debater a pauta unificada dos quatro movimentos nacionais de luta pela moradia (Central de Movimentos Populares, Confederação Nacional das Associações de Moradores, Movimento Nacional de Luta pela Moradia e União Nacional por Moradia Popular) e instituir um canal de diálogo permanente entre o Governo Federal e os movimentos sociais voltados à questão.

Mesa de Diálogo sobre o modelo energético brasileiro

Contempla temas como Pré-Sal, tarifa social de energia elétrica, concessões de geração, energia solar e terceirização da mão de obra no setor. Em 2011, definiram-se como temas prioritários o preço do gás de cozinha para consumidores residenciais e a questão do alto número de acidentes de trabalho na manutenção das linhas de transmissão. Para 2012, há a proposta da realização de um seminário sobre o modelo energético no País, como forma de compartilhamento de experiências exitosas e ampliação do debate sobre essa temática.

INSTRUMENTOS PARA AVANÇAR NA NEGOCIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS SERVIDORES FEDERAIS

Com a implantação do Sistema de Relações de Trabalho (SISRT), o governo avança na organização do processo de diálogo para o tratamento dos conflitos e negociação das condições de trabalho para os servidores federais. A medida amplia e valoriza a negociação como caminho para a harmonização da relação entre o governo e os servidores da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional. Com o mesmo objetivo, foi reformulada a área de gestão de pessoas no Ministério do Planejamento, incorporando novas atribuições e objetivos, passando a se chamar Secretaria de Relações de Trabalho no Serviço Público.

A implantação do SISRT é um passo fundamental para a consolidação do processo permanente de negociação das condições de trabalho no Governo Federal.

A medida também está em sintonia com a Convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Senado por meio do Decreto Legislativo 206/2010.

INCENTIVO PARA A INCLUSÃO DOS CATADORES

Em novembro de 2011, foi regulamentada a concessão de crédito presumido no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) até 2014 para as empresas que adquirirem de cooperativas, com pelo menos 20 catadores, resíduos sólidos para utilizar em suas matérias-primas ou produtos. Com isso, ampliam-se as alternativas de comercialização para as cooperativas de catadores, além

dos ganhos para o meio ambiente em decorrência da reciclagem dos resíduos sólidos.

FÓRUM SOCIAL TEMÁTICO 2012

O Fórum Social Temático 2012, com o tema *Crise Capitalista, Justiça Social e Ambiental*, foi realizado em Porto Alegre, entre os dias 23 e 29 de janeiro. O evento foi uma etapa preparatória à Cúpula dos Povos na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20). A programação foi constituída por atividades propostas e geridas por movimentos, coletivos e organizações da sociedade civil. Além disso, o Fórum também acolheu o encontro de redes internacionais, articuladas em torno de grupos temáticos de reflexão sobre sustentabilidade, segurança alimentar, economia verde e direitos humanos.

CAMPANHA DE COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES CHEGA A 19 CAPITAIS

Com o Slogan “LIGA DA PROTEÇÃO – Proteja nossas crianças e adolescentes. Violência sexual é crime. Denuncie”, foi lançada a campanha anual de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. O objetivo é formar uma grande rede de atenção e cuidado, presente em 19 capitais brasileiras. É enfatizada a divulgação do Disque Direitos Humanos (Disque 100), que recebe denúncias de violação dos direitos de crianças e adolescentes.

Ao longo de 2011, o Disque 100 realizou 866.088 atendimentos e recebeu 82.281 denúncias de violações dos direitos de crianças e adolescentes. Todas as denúncias foram encaminhadas às autoridades locais competentes.

MAIS ACESSO AOS BENS CULTURAIS

O Programa Usinas Culturais começou a ser implementado em 2011 e realiza investimentos em infraestrutura e programação cultural em municípios situados em áreas de alta vulnerabilidade social.

A iniciativa será desenvolvida em duas etapas. Na primeira, haverá a adequação de espaços, a aquisição de equipamentos, ações de mobilização social e apresentação de plano de trabalho elaborado pelo município. Na segunda, ações de “usinagem”, com formulação de plano de trabalho que contemple parceria e participação social, formação de agentes culturais, estímulo ao empreendedorismo e a ações de criação, difusão e fruição de bens e serviços culturais. Em 2011, foram contratadas 52 Usinas Culturais. Serão instalados 199 desses equipamentos culturais em 135 municípios participantes do Programa até 2012.

UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS POSTAIS BÁSICOS

Em novembro e dezembro de 2011, novas medidas foram adotadas para universalizar o acesso aos serviços postais básicos. Seis milhões de pessoas serão beneficiadas com as novas metas estabelecidas para os Correios de implantar, até 2015, o atendimento postal em 1.500 localidades (distritos com pelo menos 500 habitantes) que não contavam com esses serviços.

O envio da Carta Social - correspondências com até 10 gramas que podem ser enviadas ao preço de um centavo - passa a ser de uso exclusivo dos beneficiários do Programa Bolsa Família, garantindo a preservação de sua finalidade: facilitar a inclusão das pessoas em situação de pobreza.

Saúde

Mais acesso e qualidade no atendimento

Ampliação dos investimentos e novas ações para garantir serviços de qualidade a todos os brasileiros

REDE CEGONHA

Novos serviços e mais recursos para reduzir a mortalidade materna

Adesão à Rede Cegonha: 23 estados e 1.685 municípios aderiram à rede, cobrindo 966.266 mil gestantes, até fevereiro 2012.

Mais cuidado aos recém-nascidos no SUS: 371 novos leitos de UTI neonatal, para atendimento a recém-nascidos.

Mais recursos para atenção às gestantes e recém-nascidos:

Para custeio: liberados R\$ 213 milhões para assistência materno-infantil e neonatal em municípios dos estados da BA, PA, MG, SP, RJ e PE.

Para construção, reforma e aquisição de equipamentos: aprovados, para 24 unidades da federação (AC, AM, PA, RR, RO, TO, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, MG, ES, SP, RJ, PR, SC, RS, GO, DF), R\$ 239 milhões, para casas da gestante, bebê e puérpera, centros de parto normal e maternidades, unidades de cuidados intensivos (UCI) e unidades de terapia intensiva (UTI), leitos da metodologia canguru para mães e bebês prematuros e leitos obstétricos para gestantes de alto risco.

Consultas de pré-natal: em 2011, foram realizadas cerca de 20 milhões de consultas pelo SUS, 133% a mais que os 8,6 milhões de 2003.

Exames: em 2011, foi incluído no pré-natal, como rotina, o exame de eletroforese de hemoglobina para todas gestantes, para melhorar a detecção e o tratamento da anemia falciforme, doença mais prevalente nas mulheres negras.

Auxílio financeiro para transporte: a partir de abril/2012, será concedido auxílio de até R\$ 50 às gestantes atendidas pelo SUS para deslocamento às consultas de pré-natal e à unidade de saúde onde será realizado o parto. O pagamento será feito por meio de um cartão magnético.

REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA

A organização da rede de atenção à gestante, com acesso ao pré-natal de qualidade, exames, atenção redobrada com as gestantes de alto risco e parto seguro, levam a redução da mortalidade materna.

- De 1990 a 2010, a mortalidade materna no Brasil caiu pela metade – de 141 para 68 óbitos para cada 100 mil nascidos vivos;
- Em 2011, a tendência de queda continua, com diminuição de 19% dos óbitos maternos em relação a 2010. No primeiro semestre de 2011, foram notificados 705 óbitos por causas obstétricas; no mesmo período de 2010 foram registrados 870.
- De 2003 a 2010, aumentou em 125% o número de gestantes com sete ou mais consultas de pré-natal e a proporção de mães brasileiras que não fizeram nenhuma consulta foi reduzida de 4,7% para 1,8%. (Saúde Brasil 2010, publicado em 2011).

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DO CâNCER DO COLO DE ÚTERO E DE MAMA

Câncer de colo de útero

Em 2011, foram realizados 11,33 milhões de exames de Papanicolau, sendo 78,1% na faixa de rastreamento (25 a 64 anos).

Serviços de Referência para o Diagnóstico e Tratamento de Lesões Precursoras do Câncer do Colo do Útero: 11 propostas aprovadas para os estados com maiores índices de mortalidade – AC (1), MG (3), MT (1), PE (1), SE (1), RO (1) e TO (3).

Câncer de mama

Em 2011, foram realizados 3,53 milhões de exames, sendo 51% em mulheres na faixa de rastreamento (50 a 69 anos).

Serviços de Referência para o Diagnóstico do Câncer de Mama: estruturados sete novos serviços de referência nos estados do CE (1), PE (1), SE (1), MG (2), RO (1) e TO (1).

Serviços de Radioterapia: ampliação, modernização e implantação de novos serviços, em 11 estados – AC, PA, CE, PE, SE, BA, MG, SP, RJ, SC, RS.

SAÚDE NÃO TEM PREÇO

Tripluca o acesso a medicamentos gratuitos para diabetes e hipertensão

Medicamentos gratuitos: aumento de 280% no número de pessoas atendidas com 11 medicamentos para o tratamento de diabetes e hipertensão nos estabelecimentos privados credenciados ao Aqui Tem Farmácia Popular. Em janeiro 2012, fo-

ram atendidas 3,6 milhões de pessoas com medicamentos gratuitos nas farmácias da rede privada e rede própria.

Programa Farmácia Popular: em 2011, as 20.375 farmácias e drogarias do programa atenderam em torno de 10 milhões de brasileiros, sendo cerca de 7,8 milhões beneficiados com medicamentos gratuitos para diabetes e hipertensão.



REDE DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS

S.O.S Emergências

Recursos liberados até fevereiro/2012: R\$ 39,6 milhões para ampliar o custeio das 11 unidades de emergência e R\$ 21,7 milhões para reformas e aquisição de equipamentos em Belo Horizonte,

Brasília, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro.

Núcleo de Acesso e Qualidade Hospitalar: instituído nos 11 hospitais para apoiar a gestão e melhorar a qualidade assistencial.

Gestão de Processos: implantado o sistema informatizado de gestão de processos assistenciais das emergências em dois hospitais e classificação de risco em sete unidades de emergência.

Acompanhamento de resultados: desenvolvido sistema de informação para monitoramento de indicadores de gestão hospitalar, implantado no âmbito do Ministério da Saúde.

Leitos de UTI: Em 2011, foram habilitados 1.296 novos leitos, em 17 estados: AL, BA, CE, MA, GO, MG, MS, PA, PB, PE, PR, RJ, RN, RS, SC, SE, SP.

Samu 192

Ampliada a cobertura e os recursos: 66% mais recursos para qualificação dos serviços;

Reforçado o controle sobre o funcionamento das ambulâncias: instituída a obrigatoriedade de cadastro dos veículos, das equipes e centrais de regulação médica das urgências no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.

Desde janeiro/2011, foram habilitadas 608 ambulâncias. Em fevereiro/2012 estavam em funcionamento 2.121 ambulâncias, 400 motolâncias, oito ambulanchas e seis aeronaves/aeromédicos.

Unidade de Pronto Atendimento 24 horas – UPA 24h

148 UPA estavam em funcionamento até fevereiro/2012.

117 UPA começaram a ser construídas em 96 municípios, em 2011.

FORÇA NACIONAL DO SUS

É composta por profissionais especializados no atendimento às vítimas de desastres naturais, calamidades públicas ou situações de risco epidemiológico que exijam uma resposta rápida, apoio logístico e equipamentos de saúde. Já estão cadastrados 8.073 voluntários.

Em 2012, atuou nos estados atingidos por enchentes: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Acre. Também esteve na missão para assistência à saúde indígena do Acre e Amazonas e realizou o primeiro treinamento de voluntários em Vitória/ES.

Foi comprado um hospital de campanha composto por 15 tendas para atender às vítimas de calamidade, realizar cirurgias e estabilizar pacientes críticos/graves em terapia intensiva.

SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ

Serviço de Atenção Domiciliar – Melhor em Casa

Habilitadas 169 equipes de atenção domiciliar e 65 de apoio especializado para atendimento domiciliar a idosos, pacientes crônicos, pessoas em reabilitação motora ou em acompanhamento pós-cirúrgico.

Já recebem custeio mensal 92 equipes, sendo 66 de atenção domiciliar e 26 de apoio, em 23 municípios e 10 estados.

Programa de melhoria do acesso e da qualidade (PMAQ)

Adesão de 73% das prefeituras e 17.669 equipes de atenção básica, mais de 50% das existentes no País. Desde novembro/2011, os municípios recebem 20% do incentivo pela melhoria da qualidade no atendimento. A partir de abril, as equipes serão

avaliadas e os gestores receberão até R\$ 8.500 a mais por mês, por equipe de atenção básica.

Estratégia de Saúde da Família

Em 2011, foram credenciadas 635 novas equipes de saúde da família. Em dezembro, o número de equipes em atuação chegou a 32.295. São 1.525 núcleos de apoio à saúde da família (NASF) e 21,3 mil equipes com profissionais de saúde bucal.

Brasil Sorridente

185 novos laboratórios regionais de prótese dentária foram credenciados, em 2011, totalizando 991 unidades em todo o País. Mais de 290 mil próteses foram distribuídas para os municípios do programa Brasil sem Miséria.

Em 2011, foram adquiridas 100 unidades móveis odontológicas para 100 municípios em situação de pobreza.

Foram implantadas 970 novas equipes de saúde bucal do Brasil Sorridente em 53 municípios, totalizando 21.394 equipes em 2011, presentes em 87% das cidades brasileiras.

Unidades Básicas de Saúde

Requalificação de UBS: até janeiro de 2012, foram repassados R\$ 107,6 milhões dos R\$ 538 milhões disponibilizados para reforma de 5.247 unidades básicas de saúde (UBS).

Construção de UBS: iniciada a construção de 3.983 UBS em 2.079 municípios, com investimento de R\$ 1,02 bilhão, sendo 2.122 UBS do PAC2 em 1.163 municípios com investimento de R\$ 565 milhões.

Academia da Saúde

Até fevereiro de 2012 foram habilitadas 1.906 academias e repassados recursos para construção de

polos com espaços adequados para prática de atividades físicas, com acompanhamento profissional e vinculação às unidades básicas de saúde, para prevenir doenças como hipertensão e diabetes. A meta é construir quatro mil academias até 2014.

150 unidades estão funcionando e recebendo recursos de custeio nos seguintes estados: ES(7), GO(1), MG(35), PE(89), PR(4), RN(3), RR(1), RS(2), SE(2), SP(4), AL(2).

Atenção à Saúde Indígena

Em 2011, foram adquiridos de 436 veículos (barcos, caminhonetes 4X4 e motores de popa) para deslocamento de pacientes e das equipes multidisciplinares de saúde indígena.

Em fevereiro de 2012, houve aumento de 50% nas Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena: de 8.211 para 12.184 profissionais.

Realização de testes rápidos para sífilis e HIV em 46 mil indígenas do Amazonas e Roraima e campanha de multivacinação para toda população indígena aldeada da Amazônia Legal – cerca de 91 mil indígenas.

TRANSPLANTES

Aumento de 124% no número de cirurgias em uma década

Foram realizados 23.397 transplantes em 2011, 2.357 a mais que em 2010. Por região: 54% no Sudeste, 19% no Sul e 16,7% no Nordeste.

O número de cirurgias de transplante no Nordeste passou de 840, em 2001, para 3.912, em 2011 (aumento de 365,7% em 10 anos).

Em 2011 houve 2.207 doadores de órgãos, aumento de 16,4% em um ano (a maior variação em quatro

anos). O índice nacional é de 11,4 doadores por milhão de população (pmp). Os melhores índices estão em SC (25 pmp, igual aos EUA), CE (20,7 pmp), SP (20,3 pmp).

O Sistema Nacional de Transplantes conta com rede integrada em 25 estados e Distrito Federal, com 26 centrais de notificação, captação e distribuição de órgãos, 11 câmaras técnicas nacionais, 60 organizações de procura de órgãos, 680 centros de transplantes com 1.074 equipes de transplantes.

Resultados em 2011

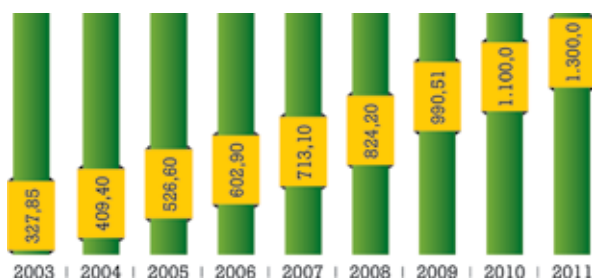
54 novos centros de transplantes habilitados – 16 no Norte e Nordeste.

72 novas equipes de transplantes credenciadas – 11 no Norte e Nordeste.

35 novas organizações de procura de órgãos em 11 estados (AC, BA, CE, MS, PE, PI, PR, RN, RS, SC e SE) e 16 em implantação (AM, GO, MG, PB e RO). Em 2010, eram 10, todas em São Paulo.

Sistema Nacional de Informação implantado em todo País. Foram incluídas seis capitais (Rio de Janeiro-RJ, Salvador-BA, Campo Grande-MS, Belém-PA, São Luís-MA e Rio Branco-AC).

Investimento em transplantes quadruplicou – 2003 a 2011



Fonte: Ministério da Saúde

fevereiro/2012 (em R\$ milhões)

MELHORIA DO CONTROLE E DA GESTÃO

Com novos instrumentos de gestão, o governo economizou mais de R\$ 1,7 bilhão

Economia de mais de R\$ 1,7 bilhão na compra de medicamentos e insumos, com adoção de ferramentas de gestão, centralização de compras e atendimento a recomendações de órgãos de controle. Também foram economizados R\$ 96 milhões na atenção à saúde indígena com novos convênios com entidades que possuem Certificado de Entidade Beneficente (Cebas).

Recorde de ressarcimento dos planos de saúde: até dezembro, foram arrecadados R\$ 82,09 milhões. O total é superior à soma dos últimos sete anos. Recuperados em 2011 R\$ 210,8 milhões em 1.001 auditorias realizadas.

ÍNDICE DE DESEMPENHO DO SUS (IDSUS) 2012

A ferramenta com 24 indicadores avaliou os níveis de atenção básica, especializada ambulatorial e hospitalar e de urgência e emergência, verificando a infraestrutura para atender as pessoas e a capacidade dos serviços em dar respostas aos problemas de saúde da população.

O índice servirá de base para que os dirigentes dos três níveis - federal, estadual e municipal -, tomem decisões em favor do aprimoramento das ações de saúde pública no País e dará maior transparência ao quadro geral da oferta e da situação dos serviços de saúde.

O levantamento de dados para divulgação do IDSUS será realizado a cada três anos. O IDSUS 2012 avaliou os indicadores no período de 2008 a 2010 e está disponível para consulta em: www.saude.gov.br/idsus.

Portal Saúde com Mais Transparência

(<http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/area/369/transparencia-da-saude.html>)

Desde novembro/2011, divulga as transferências de recursos a estados e municípios, as licitações em curso, planos e relatórios de gestão da União, dos estados e dos municípios.

Educação

Prouni alcança um milhão de bolsas ocupadas

Avança o processo de democratização e descentralização do acesso à Educação Superior e Tecnológica

PROUNI – UM MILHÃO DE BOLSAS

Com a seleção para o primeiro semestre de 2012, realizada em janeiro, o Programa Universidade para Todos (Prouni), que concede bolsas parciais e integrais a estudantes egressos de escolas públicas, superou a marca de um milhão de bolsas ofertadas. Neste primeiro processo de seleção de 2012, o número de 1,2 milhões de inscritos foi recorde, mostrando a importância do Prouni para ampliar o acesso ao Ensino Superior.

Cerca de 1,3 mil instituições de ensino superior particulares, entre universidades, centros universitários e faculdades, participam do programa em 1.354 municípios de todas as unidades da federação.

Os bolsistas integrais podem contar ainda com a Bolsa Permanência, que é um auxílio financeiro de R\$ 360 para custeio das despesas educacionais.



*de 2005 até 2º semestre/2011

Fonte: MEC

CRÉDITO SUBSIDIADO DO FIES AMPLIA O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

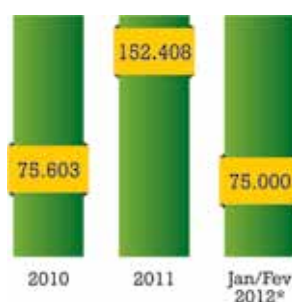
O número de contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) firmados em 2011 foi quase o dobro do de 2010. Em 2012, a previsão é que 200 mil estudantes sejam beneficiados.

Até o final de fevereiro, já haviam sido celebrados 75 mil contratos.

O Programa financia até 100% da mensalidade, com juros de 3,4% ao ano e carência de um ano e meio após o término do curso para início do pagamento. O prazo para pagar o financiamento é três vezes maior do que a duração do curso, mais um ano.

Professores poderão ter a dívida do Fies reduzida, mediante o exercício de sua profissão na rede pública de educação básica. Os médicos terão o mesmo benefício, desde que trabalhem em equipes do programa Saúde da Família, em regiões com carência de profissionais.

Quantidade de contratos do Fies celebrados



Fonte: MEC

ASSISTÊNCIA AO ALUNO GARANTE A SUA PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE

Em 2011, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) - que oferece moradia estudantil, assistência à saúde, alimentação, transporte, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico aos alunos universitários-, teve cerca de um milhão de beneficiados. Para isso foram repassados R\$ 401 milhões para as universidades, um incremento de 31,9% em relação a 2010. Para 2012, está previsto um investimento de R\$ 550 milhões.

AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO DA REDE FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR

O número de vagas presenciais nos cursos de graduação das Universidades Federais aumentou de 218,2 mil para 235,6 mil, entre 2010 e 2011.

Essa ampliação é resultado do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que incentiva a abertura de cursos noturnos, flexibilização de currículos, aumento do número de alunos por professor, dentre outras medidas. Para 2012, de acordo com a pactuação feita com as universidades, a expectativa é de que sejam oferecidas 243,5 mil vagas de graduação presencial.

COM O SISU AUMENTARAM AS CHANCES DE CURSAR O ENSINO SUPERIOR

No primeiro semestre de 2012, foram oferecidas 108.552 vagas em 95 instituições públicas de ensino superior, um crescimento de 30,58% em relação ao segundo semestre de 2011.

Pronatec

Em 2011, a Bolsa Formação beneficiou 53 mil pessoas.

Desde 2010, o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) é o meio pelo qual as instituições públicas de educação superior participantes selecionam novos estudantes exclusivamente pela nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Empresas do setor privado confirmaram a doação de 26 mil bolsas para o Programa.



Com a doação, será possível conceder 101 mil bolsas até 2014.

Em 2012, foram realizadas chamadas para oferta de bolsas nos seguintes países de destino: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália e Reino Unido.

Até 18 de janeiro, já haviam sido concedidas 1.696 bolsas de graduação "sanduíche" no exterior e 798 bolsas de pós-graduação do Ciência sem Fronteiras e de programas tradicionais nas áreas prioritárias daquele Programa (dados CAPES e CNPq).

EXPANSÃO DO ENSINO TÉCNICO CONTINUA

Em 2011, foi concluída a construção de mais 10 unidades, totalizando 364 escolas técnicas no País. Com essas novas escolas, serão mais 2.350 alunos em cursos técnicos e 2.100 alunos em formação inicial e continuada.

Educação Básica

Resultados

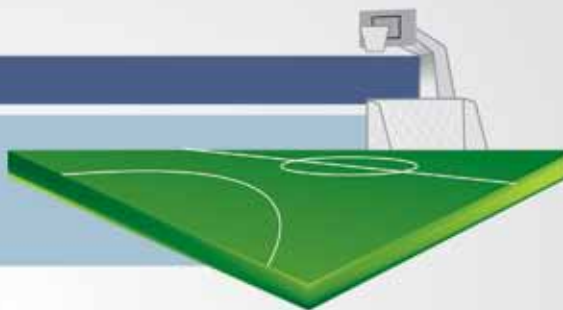


Creches

Aprovada a construção de 1.507 creches e pré-escolas por todo o Brasil em 2011, no âmbito da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

Quadras esportivas

Foram contratadas 91% das 1.421 quadras esportivas selecionadas no ano de 2011.



Mais recursos investidos

Reajuste de 19,12% no investimento na educação básica em relação a 2011 (R\$ 114,3 bilhões em 2012).

Reajuste de 21,2% no valor mínimo investido por aluno, em relação a 2011.

Piso Nacional do Magistério

Reajuste de 22,22% na remuneração mínima do professor de nível médio com jornada de 40 horas semanais (de R\$ 1.187, em 2011, para R\$ 1.451, em 2012).

Professor Valorizado



Caminho da Escola

Em 2011, para transportar os alunos, foram adquiridos: 2.249 ônibus (1.449 com recursos da União), 108.108 bicicletas (84.416 com recursos da União) e ainda 429 lanchas para transporte seguro de alunos.

Viver sem limite

Autonomia e direitos para a pessoa com deficiência

Ações estratégicas nas áreas de educação, trabalho, saúde, assistência social e acessibilidade para ampliar a qualificação e as oportunidades

INVESTIMENTOS DE R\$ 7,6 BILHÕES PARA PROMOVER AUTONOMIA E ELIMINAR BARREIRAS

Lançado em 17 de novembro de 2011, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite é parte do compromisso do governo de promover e garantir a equiparação de oportunidades para todos, reduzindo os obstáculos que excluem ou limitam o convívio social das pessoas com deficiência.

O Plano prevê diversas ações em educação, saúde, inclusão social e acessibilidade que beneficiarão 23,9% da população brasileira (45,6 milhões de pessoas, segundo o Censo 2010) com algum tipo de deficiência. As ações são divididas entre quatro eixos estratégicos.

ACESSO À EDUCAÇÃO

Busca ativa de crianças e adolescentes com deficiência, de 0 a 18 anos, que estão fora da escola e recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC Escola), elevando de 229 mil para 378 mil o número de beneficiados.

Implantação de mais 17 mil Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), além da atualização das que já estão em funcionamento. No total, serão 45 mil escolas com SRM em todo o Brasil, até 2014.

Disponibilização de recursos para adequação arquitetônica e aquisição de bens e serviços de Tecnologia Assistiva para 42 mil escolas públicas.

Em 2011, o Programa Escola Acessível disponibilizou recursos para a reforma de 12 mil escolas da rede pública de ensino regular, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Até 2014, serão mais 30 mil escolas beneficiadas.

Aquisição de 2.609 ônibus escolares com instalações acessíveis para transporte de 60 mil alunos com dificuldades de locomoção.

Contratação de mais de 1,2 mil profissionais, entre professores e tradutores-intérpretes de Libras, para garantir acessibilidade na comunicação aos estudantes com deficiência auditiva e/ou surdos nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Apoio a mais de 200 projetos para criação, ampliação e fortalecimento de Núcleos de Acessibilidade nas IFES, aumentando, até 2014, em quatro vezes o número atual de projetos apoiados.

Criação de 27 cursos superiores de Letras/Libras, aumentando o número de vagas de 1.800 para 2.700 vagas/ano.

Criação de 12 cursos superiores de Pedagogia Bilíngue (Libras / Língua Portuguesa), com 480 vagas/ano.

Disponibilização de, no mínimo, 5% das vagas dos cursos na modalidade Bolsa-Formação, uma das

ações do Pronatec, às pessoas com deficiência, o que representa a oferta de pelo menos 150 mil vagas reservadas.

ATENÇÃO À SAÚDE

Ampliação e qualificação da identificação e intervenção precoce de deficiências, com a introdução de novos exames dentro da Triagem Neonatal em todos os estados, até 2014.

Produção de protocolos clínicos nos serviços de Atenção Básica do Sistema Único de Saúde (SUS), para pessoas com síndrome de Down; transtornos do espectro autista; paralisia cerebral e pessoas que sofreram lesão medular; acidente vascular encefálico (AVE); amputações; e traumatismo crânio-encefálico (TCE).

Implantação de 45 novos Centros Especializados de Reabilitação (CER) para ampliar o acesso e oferta de serviços qualificados, por meio da criação da Rede de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência, vinculado ao SUS, para atender as modalidades auditiva, visual, intelectual e física em todo Brasil, até 2014.

Aquisição de veículos para o transporte de pacientes de baixa renda, com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

Implantação de seis oficinas ortopédicas locais e 13 itinerantes (sete terrestres e seis fluviais) para a confecção, adaptação, personalização e manutenção de órteses e próteses e meios auxiliares de locomoção, com prioridade para as regiões Norte e Nordeste. Também será realizada a qualificação das oficinas já existentes, garantindo o atendimento em todos os estados.

Formação de profissionais de saúde, em níveis técnico e superior, em órtese e prótese, para atuação nas oficinas.

Qualificação da atenção odontológica às pessoas com deficiência em consideração às suas especificidades, com meta de aprimoramento nos centros de especialidades odontológicas e centros cirúrgicos.

INCLUSÃO SOCIAL

Implantação de 27 Centros-dia de Referência da Pessoa com Deficiência, um em cada estado, para garantir serviços especializados de cuidado diurno e serviços de apoio a pessoas com alto nível de dependência, em situação de extrema pobreza, isolamento social, abandono e/ou negligência.

Promover o acesso ao trabalho às pessoas com deficiência, de 16 a 45 anos, com baixa escolaridade, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Para o Programa BPC Trabalho estão previstas visitas domiciliares, que avaliarão o potencial de trabalho e farão encaminhamento para qualificação profissional.

Com a alteração das regras do BPC (Decreto nº 7.617/2011 e da Lei nº 12.470/2011), seus beneficiários podem ingressar no mercado de trabalho e participar da aprendizagem profissional sem perder o benefício.

Instalação de cerca de 200 residências inclusivas para o atendimento de pessoas com deficiência em situação de acolhimento, até 2014.

ACESSIBILIDADE

No Programa **Minha Casa, Minha Vida 2**, todas as 1,2 milhão de moradias destinadas as famílias de baixa renda serão adaptáveis. Serão também disponibi-

lizados kits de adaptação nas moradias para, pelo menos, 3% dos beneficiários do Programa.

Implantação de acessibilidade nas obras do PAC Mobilidade Urbana e obras da Copa, conforme estabelecido na Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012.

Instituída **linha de crédito** especial do Banco do Brasil para financiar bens e serviços que auxiliem na acessibilidade, independência motora, autonomia e segurança para a pessoa com deficiência.

Os empréstimos poderão ser feitos por pessoas físicas com renda mensal de até 10 salários mínimos e terão juros de 0,64% ao mês e carência de até 180 dias. O financiamento pode ser de até 100% do valor do bem ou serviço, com limite máximo de R\$ 30 mil por pessoa.

A lista de produtos está disponível em www.bb.com.br/creditoacessibilidade

O **Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva** foi instituído em março de 2012. Além do Centro, serão formados 20 núcleos regionais interdisciplinares em parceria com instituições cien-

tíficas e tecnológicas para o desenvolvimento de tecnologias assistivas com foco em prevenção, reabilitação e acessibilidade.

Elaboração do **catálogo** com informações sobre mais de 1.200 produtos fabricados ou distribuídos no Brasil para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O catálogo já está disponível em: <http://assistiva.mct.gov.br/>.

Financiamento específico de pesquisas para o **desenvolvimento de tecnologias** voltadas à acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência que resultem em produtos que possam ser incorporados ao dia a dia, incentivando a produção nacional e dinamizando essa cadeia produtiva.

Criação de cinco **centros tecnológicos para formação de treinadores e instrutores de cães-guia**, em nível técnico, distribuído em cada uma das regiões do Brasil, até 2014. O da região Sul, que fica em Camboriú/SC, já está em construção.

Mais informações em www.pessoacomdeficiencia.gov.br, que conta com todos os recursos de acessibilidade.

Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas

Programa Crack, É Possível Vencer!

Atenção e cuidado em saúde para os usuários, prevenção ao uso e enfrentamento ao tráfico de drogas são os eixos do Programa

Lançado em dezembro de 2011, o programa “Crack, É Possível Vencer!” investirá R\$ 4 bilhões até 2014 para, em articulação com estados, municípios e sociedade civil, aumentar a oferta de tratamento de saúde aos usuários de drogas, enfrentar o tráfico e as organizações criminosas e ampliar as ações de prevenção ao uso de drogas.

O programa está dividido em três eixos:

- **Cuidado:** ampliação da capacidade de atendimento e atenção ao usuário e familiares;
- **Prevenção:** fortalecimento da rede de proteção contra o uso de drogas; e
- **Autoridade:** enfrentamento ao tráfico de drogas e policiamento ostensivo de proximidade.

CUIDADO

Prevê a estruturação da rede de cuidados **Conte Com a Gente** para auxiliar os usuários e dependentes de crack e outras drogas e seus familiares na superação da dependência e na sua reinserção social.

A rede inclui ampliação e qualificação da atenção à saúde, com equipamentos de saúde para atender pacientes em diferentes situações.

Enfermarias especializadas em hospitais gerais do Sistema Único de Saúde (SUS)

Até 2014, serão criados 2.460 leitos e qualificados cerca de 1.140 leitos já existentes para atendimentos e internações de curta duração durante crises

de abstinência e em casos de intoxicações graves. Para estimular ampliação da oferta de leitos, o valor da diária de internação passou de R\$ 57 para até R\$ 300.

Consultórios na Rua

Serão criados 308 Consultórios na Rua que farão atendimento volante nos locais em que há maior incidência de consumo de crack e outras drogas, em municípios com mais de 100 mil habitantes. As equipes dos consultórios incluem médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais e agentes sociais.

Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas (CAPSad)

Os CAPSad passam a funcionar 24 horas por dia, sete dias por semana, oferecendo tratamento continuado, inclusive hospitalidade noturna, para até 400 pessoas por mês. Até 2014, serão 175 unidades em todo o país.

Unidades de Acolhimento

Até 2014, serão criadas 408 unidades para o público adulto e 166 pontos exclusivos para o público de 10 a 18 anos de idade. As Unidades de Acolhimento oferecem cuidado em regime residencial, por até seis meses, para manutenção da estabilidade clínica e apoio na reinserção social dos usuários em parceria com os CAPSad.

Apoio às Comunidades Terapêuticas

Instituições da sociedade civil que atendem aos dependentes de crack e outras drogas e seus familiares passarão a receber recursos do SUS. Para tanto, deverão cumprir critérios estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pelo Ministério da Saúde, assegurando integração à rede de atenção psicossocial e um ambiente que respeite os direitos dos pacientes e de seus familiares. Todas as instituições estarão vinculadas ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).

Desde o lançamento do programa, o Ministério da Saúde já autorizou o repasse de R\$ 41,5 milhões para o fortalecimento da rede de cuidados em São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará, Bahia, Distrito Federal e Rio Grande do Sul. Esses recursos incluem os reajustes para custeio dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) existentes e para criação/qualificação e custeio de novos serviços, incluindo 77 leitos de enfermarias especializadas, 21 CAPSad 24h, oito unidades de acolhimento infanto-juvenil e 18 unidades de acolhimento adulto. Juntos esses serviços somam 487 vagas, sendo 410 para acolhimento/hospitalidade e 77 para internação de curta duração.

Em 23 dezembro de 2011 foi definido o novo tipo de financiamento para os CAPS, incorporando o montante anual de R\$ 213,7 milhões ao Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

PREVENÇÃO

Serão realizadas ações de comunicação com a população para prevenir o uso de crack e outras drogas nas escolas e nas comunidades.

Programa de Prevenção do Uso de Drogas na Escola

Capacitação de 210 mil educadores e 3,3 mil policiais militares do Programa Educacional de Re-

sistência às Drogas (PROERD) para prevenção do uso de drogas em 42 mil escolas públicas. Serão beneficiados 2,8 milhões de alunos por ano.

Programa de Prevenção na Comunidade

Prevê capacitação à distância de 135 mil líderes comunitários e conselheiros municipais até 2014, além de 35 mil lideranças religiosas, para atuarem na prevenção do uso de drogas e desenvolverem ações preventivas e a abordagem adequada de situações que requeiram encaminhamento à rede de serviços oferecida à comunidade.

Serão capacitados também 35 mil profissionais de saúde e assistência social e 30 mil operadores do direito.

Comunicação e Campanhas Publicitárias

Serão realizadas três intervenções de mídia por ano, com o objetivo de informar, orientar e prevenir a população sobre o uso do crack e de outras drogas.

O serviço de atendimento telefônico gratuito de orientação e informação sobre drogas (VivaVoz) foi transformado em serviço de utilidade pública, atendendo pelo 132, com três dígitos, para facilitar o acesso do cidadão.

Centros de Regionais de Referência (CRRs)

Consolidação dos atuais 49 centros, que funcionam junto a instituições públicas de ensino superior, com a duplicação do número de vagas ofertadas, e criação de 16 novos CRRs até 2014, com oferta total de 112 mil vagas para formação permanente de profissionais de saúde, assistência social, justiça e segurança pública.

AUTORIDADE

Objetiva integrar inteligência e cooperação entre Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e polícias estaduais, o policiamento ostensivo de proximidade nos pontos de uso de drogas nas cidades, além da revitalização desses espaços.

As ações policiais se concentrarão nas fronteiras, em consonância com as operações do Plano Estratégico de Fronteiras, e nas áreas de uso de drogas, em especial nas chamadas “cracolândias”.

Serão intensificadas as ações de inteligência e de investigação para identificar e prender os traficantes, bem como desarticular organizações criminosas que atuam no tráfico de drogas ilícitas. O contingente das Polícias Federal e Rodoviária Federal será reforçado com a contratação de mais de dois mil novos policiais.

Está prevista também a implementação de policiamento ostensivo de proximidade nas áreas de concentração de uso de drogas, onde serão instaladas câmeras de videomonitoramento para atender a pessoas que trabalham, residem ou circulam

nos locais de uso. A expectativa é que a utilização de câmeras, móveis e fixas, contribua para inibir a prática de crimes, principalmente o tráfico de drogas.

Os profissionais que atuarão nessas áreas têm formação na doutrina de polícia de proximidade (comunitária) e vão incentivar a participação comunitária nas áreas de uso de drogas para fortalecer a prevenção à violência e à criminalidade.

A adequação de marcos normativos também é parte do Programa. O Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional dois Projetos de Lei (PLs): o primeiro que institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp) e o segundo que altera o Código de Processo Penal e a Lei de Drogas para agilizar o processo de alienação de bens que são produto do tráfico de drogas.

O Governo Federal anunciou, ainda, apoio a outros três PLs em tramitação no Congresso sobre a tipificação do crime de participação em organização criminosa; lavagem de dinheiro; e prisão preventiva de estrangeiros a partir de alerta (difusão vermelha) da Interpol.

Para saber mais, acesse o PORTAL ENFRENTANDO O CRACK em www.brasil.gov.br/enfrentandoocrack



Segurança

Ações integradas diminuem a criminalidade e aumentam a segurança

Prosseguem ações nas fronteiras e de melhoria do sistema prisional

PLANO ESTRATÉGICO DE FRONTEIRAS

Operação Ágata 3

Realizada em novembro de 2011, a operação cobriu seis mil quilômetros da fronteira Brasil/Bolívia/Peru, entre Mato Grosso e Amazonas.

Mobilizou 6.768 homens e mulheres das Forças Armadas e 384 agentes de outros órgãos governamentais. Utilizou 58 aeronaves, entre helicópteros de ataque, caças da Força Aérea Brasileira e veículos aéreos não tripulados (VANT).

Principais resultados:

- Apreendidos 27 motos, 10 veículos leves, oito embarcações, cinco caminhões/ônibus, 17,8 kg de cocaína e 34 armas.
- Revistados 5.089 pedestres, vistoriados 18.959 carros, 6.524 motos, 2.441 caminhões e 784 ônibus, com detenção de 16 suspeitos.
- Abordadas 1.329 embarcações, com 28 notificações e oito apreensões em 24.280 km.
- Ações Sociais: 8.973 atendimentos assistenciais, 9.034 atendimentos médicos e 7.060 atendimentos odontológicos.

Operação Sentinela

Desde o início das operações em junho de 2011, nos 11 estados fronteiriços, foram recolhidas 648 armas de fogo e 80 mil munições, além de 2,57 mil veículos. As abordagens policiais resultaram na prisão de 5,5 mil pessoas.

BALANÇO DAS OPERAÇÕES ÁGATA 1, 2 E 3 REALIZADAS ATÉ DEZEMBRO/2011

- Mobilizados 18.895 homens e mulheres, entre militares e agentes.
- Apreendidos 59 motos, 20 caminhões, 465 kg de agrotóxicos, 332 kg de maconha, 19,5 kg de cocaína, 63 armas (sendo duas de uso exclusivo das Forças Armadas) e oito toneladas de explosivos, além de R\$ 345 mil e US\$ 250 mil em espécie.
- Patrulhados 45 mil quilômetros de rios e lagos com notificação ou apreensão de 46 embarcações.
- Destruídas três pistas de pouso clandestinas, desativados três garimpos ilegais, sendo um em terras indígenas, e fiscalizadas e autuadas cinco madeireiras ilegais.

Operação Ágata
Atendimentos das Ações Sociais



Fonte: Ministério da Defesa

Foram apreendidas 140 toneladas de drogas (123 toneladas de maconha e 17 toneladas de cocaína), 5,5 milhões de pacotes de cigarros, 584,7 mil medicamentos e 83,8 mil garrafas de bebidas. Além de R\$ 2,9 milhões e US\$ 527 mil dólares.

Foram vistoriadas 3,2 milhões de pessoas, 1,87 milhão de veículos, 4,8 mil embarcações e 734 aeronaves, em conjunto com os estados e municípios.

Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras

Foram disponibilizados R\$ 58 milhões para os 11 estados fronteiriços como parte da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron).

O objetivo da Enafron é aprimorar a integração entre polícias estaduais, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional e Receita Federal, fortalecendo a segurança pública em 68 municípios fronteiriços considerados mais vulneráveis.

Os estados implementarão núcleos integrados de inteligência, reaparelhamento de unidades especializadas de fronteiras, centros integrados e unidades das polícias militares, civis e de perícia, além de projetos para ações de segurança nas vias hídricas e investimentos em aeronaves (aviões e helicópteros).

Em março de 2012 foram publicadas as normas para disponibilização de mais R\$ 150 milhões aos estados. Esses recursos fortalecerão as ações de segurança nas fronteiras.

SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL

Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional

Até abril de 2012, os estados deverão fazer as adequações necessárias para a aprovação de projetos que preveem a construção e ampliação no sistema pré-fabricado e ampliação no sistema convencional. Foram enviados projetos por 24 estados.

Serão destinados cerca de R\$ 1,1 bilhão do Fundo Penitenciário Nacional para a construção e ampliação de unidades prisionais, a serem aplicados até 2013.

Em 2011, foi realizada aquisição direta e doação de 70 veículos furgão do tipo ambulância e 103 veículos do tipo cela, com investimento de R\$ 18,6 milhões. Além disso, foram investidos cerca de R\$ 2 milhões para aparelhamento de Unidades Básicas de Saúde e Centros de Referência de Assistência Materno-Infantil em estabelecimentos penais estaduais. Em 2012, serão investidos mais de R\$ 500 mil nessa última ação.

PLANO ESTRATÉGICO DE EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL (PEESP)

- Instituído em novembro de 2011, para ampliar e qualificar a oferta de educação nos estabelecimentos penais. Mais de 26 mil presos que se declaram analfabetos deverão ser beneficiados.
- Tem como diretrizes a reintegração social por meio da educação e o fomento ao atendimento educacional às crianças que estejam em estabelecimentos penais, em razão da privação de liberdade da mãe. Contempla a educação de jovens e adultos, profissional e superior.
- Será executado em parceria com os estados e o Distrito Federal, mediante adesão voluntária dos mesmos.

Ressocialização por meio do trabalho

Foram destinados R\$ 4 milhões para implementação de oficinas permanentes de capacitação profissional, a serem liberados aos estados em 2012. Serão realizados cursos nas áreas da construção civil, panificação e confeitaria e corte e costura industrial.

Estratégia Nacional de Alternativas Penais

Criada em novembro de 2011, para fomentar a adoção de alternativas à prisão para delitos de menor gravidade.

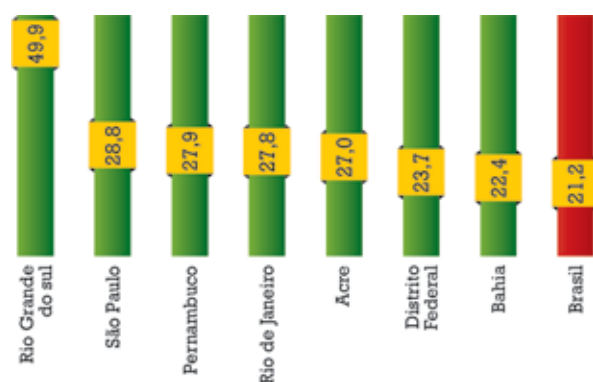
Até abril de 2012, os estados poderão apresentar propostas para a implantação dos Núcleos de Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas e de Defesa dos Presos Provisórios. No total serão investidos R\$ 4,2 milhões nas duas ações.

CAMPANHA DO DESARMAMENTO

Renovada em 27 de dezembro de 2011, recolheu 5.130 armas entre janeiro e fevereiro de 2012.

São 1.949 postos de coleta em unidades da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Civil e Militar, Guardas Municipais e Corpo de Bombeiros. Desde maio de 2011, foram recolhidas 43.203 armas de fogo. Dos armamentos recolhidos, 9.575 (22%) são armas de grande porte: fuzis, metralhadoras, escopetas.

Número de Armas Entregues por 100 mil habitantes - Média Brasil e Estados Acima da Média.



Fonte: Ministério da Justiça.

FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Apoio à segurança pública dos estados

A Força Nacional conta com 1,3 mil integrantes mobilizados, que fazem parte de um contingente de pelo menos 18 mil policiais (civis e militares), bombeiros e peritos dos estados e que receberam treinamento especial do Ministério da Justiça. Atualmente, está presente em 16 unidades da federação, em diferentes operações de apoio à segurança pública dos estados.

Por solicitação expressa dos governadores, atuou nas greves de policiais dos estados de Rondônia, Maranhão, Ceará e Bahia. No total foram mobilizados 1.070 profissionais, 110 viaturas e sete ambulâncias.

Nesses estados, assumiu os grupamentos de combate a incêndios dos aeroportos das capitais, atuou no policiamento em geral, no atendimento de ocorrências via telefone 190 (polícia e bombeiros), no registro de ocorrências em delegacias, bem como no serviço de salva-vidas na orla de Fortaleza.

Em fevereiro de 2012, participou de ações de apoio à população atingida pelas enchentes no Acre, para onde foram enviados 70 bombeiros especializados em busca e salvamento. Foram entregues mais de 500 cestas básicas e realizados 1.444 resgates de sobreviventes.

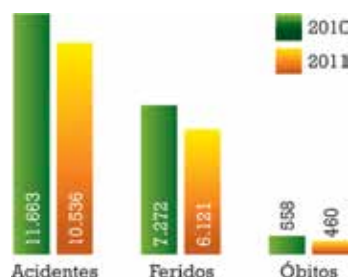
OPERAÇÃO RODOVIDA REDUZ ACIDENTES E MORTES NAS ESTRADAS

Realizada entre 19 de dezembro e 27 de fevereiro, teve o objetivo de reduzir acidentes de trânsito, através de ações integradas entre a Polícia Rodoviária Federal, polícias estaduais e agências de trânsito, com foco no combate à embriaguez ao volante e na fiscalização de motocicletas.

Abrangeu 60 trechos, com 600 km de extensão de estradas, todos com confluência de vias estaduais ou municipais para as rodovias federais, e que respondem por 22% dos acidentes graves.

Durante os feriados de Natal e *réveillon* houve redução de 10% do número de acidentes, 16% no número de feridos e 18% no número de mortes em relação ao ano de 2010.

Acidentes, Feridos e Óbitos Natal e *Réveillon*



Fonte: Ministério da Justiça.

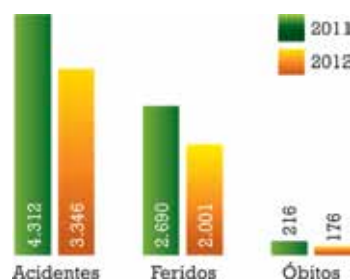
Operação Carnaval

Nos seis dias da Operação Carnaval, a Polícia Rodoviária Federal registrou os seguintes resultados:

- 154 mil veículos fiscalizados nos 67 mil quilômetros de rodovias federais (mais de um terço autuado).

- 30.425 motoristas fiscalizados com uso do bafômetro, com 1.410 reprovações e apreensão da carteira de motorista e 494 prisões em flagrante.
- 12.911 motoristas autuados por ultrapassagens irregulares.
- Apreensão de 703 kg de cocaína, 412 kg de maconha e mais de três mil pedras de crack.
- Redução de 22% de acidentes, 25% de feridos e 18% de mortes em relação ao carnaval de 2011.

Acidentes, Feridos e Óbitos Carnaval 2011 e 2012



Fonte: Ministério da Justiça.

Minha Casa, Minha Vida

Novas moradias em todo o Brasil

Com as metas de 2011 superadas, 2012 começa em ritmo acelerado de contratações e aperfeiçoamento do programa para garantir direitos

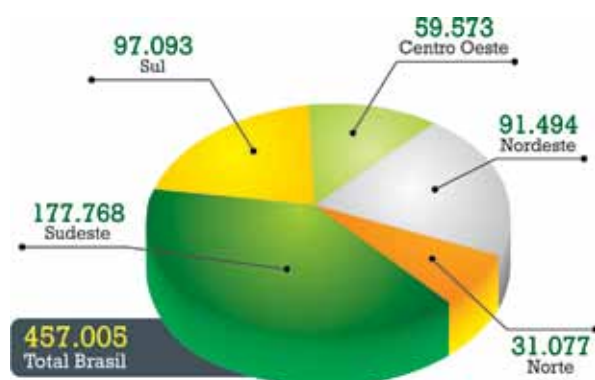
MAIS DE 450 MIL UNIDADES HABITACIONAIS CONTRATADAS EM 2011

Em 2011, a meta de contratação de unidades habitacionais da segunda etapa do programa, de 400 mil unidades, foi superada. Foram contratadas 457 mil unidades, das quais 151 mil (33%) foram entregues em 2011. As unidades contratadas destinadas às famílias de baixa renda totalizaram 104 mil, 23% do total contratado em 2011.

A segunda etapa do programa já atende 3.465 municípios em todos os estados do país.

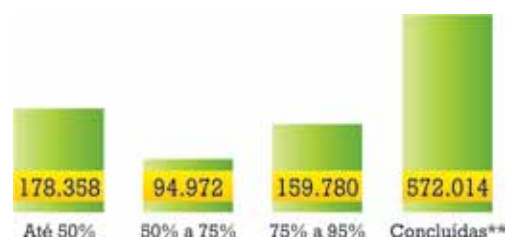
Em 2012, a expectativa é contratar mais 496 mil unidades, sendo 57% para as famílias de baixa renda. Até o final de fevereiro, já haviam sido contratadas mais 100 mil unidades e entregues mais 30 mil unidades.

Distribuição regional das unidades contratadas em 2011



Fonte: Caixa.

Programa Minha Casa, Minha Vida
Número de moradias de acordo com o estágio das obras*
Posição 29/02/2012



Fonte: Caixa. *A diferença para o total contratado deve-se a re-enquadramento. **As unidades entregues e com execução acima de 95% são contabilizadas como concluídas.

Até dezembro de 2010, durante a primeira etapa do programa, foram contratadas 1.005.128 moradias. Deste total, 418.198 unidades habitacionais foram entregues até final de fevereiro de 2012, ou seja, 41,6%. As famílias de baixa renda correspondem a 32% das beneficiadas, recebendo 133.833 de unidades do total entregue. Neste grupo, foram entregues 4.999 unidades às famílias do meio rural.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSOS TÊM PRIORIDADE ASSEGURADA

Desde dezembro de 2011, em cada empreendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida 2, são reservadas 3% das unidades habitacionais para as pessoas com deficiência (ou famílias com pes-

soas com deficiência) e o mesmo percentual para atender a idosos.

Além disso, nos critérios nacionais de seleção das famílias, além das unidades já reservadas a idosos e deficientes, está incluída a prioridade no atendimento de:

- Famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;
- Famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; e
- Famílias de que façam parte pessoas com deficiência.

PARCERIA PARA ENFRENTAR O DÉFICIT HABITACIONAL EM SÃO PAULO

Em janeiro de 2012, o Governo Federal e o Estado de São Paulo celebraram parceria para a construção de até 100 mil unidades habitacionais. Esta é mais uma iniciativa da política de parcerias do Programa Minha Casa, Minha Vida com os municípios e estados da federação, para o aporte de terrenos, recursos e serviços ao programa.

Será realizado um investimento total de R\$ 8,1 bilhões, sendo R\$ 6,15 bilhões do Governo Federal e R\$ 1,94 bilhão do Governo de São Paulo. Todas as unidades habitacionais serão direcionadas às

famílias de baixa renda, sendo 96% das moradias urbanas.

A complementação do governo estadual possibilitará que o limite máximo de preço, estipulado para moradias direcionadas às famílias de baixa renda, seja elevado de R\$ 65 mil para R\$ 85 mil, mais adequado à estrutura de preços das regiões metropolitanas do Estado. As moradias serão distribuídas em 106 municípios, mas a prioridade são as regiões metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Vale do Paraíba e Litoral Norte.

PROPRIEDADE DAS MORADIAS EM NOME DAS MULHERES

O Programa Minha Casa, Minha Vida mudou suas regras quanto ao título de propriedade das habitações construídas pelo programa. Antes o contrato e o registro eram preferencialmente feitos no nome da mulher. Agora, além da simples preferência, as mulheres terão o título de propriedade registrado em seu nome independente do regime de bens aplicável para que mantenham a propriedade se houver separação, divórcio ou dissolução da união estável.

A nova regra valerá para as moradias em que não houver recurso do FGTS envolvido, beneficiando, em sua maioria, as famílias de baixa renda. Se a guarda exclusiva dos filhos do casal for do homem, então o imóvel será registrado em seu nome.



Minha Casa Minha Vida²

Copa do Mundo 2014

Preparativos para o mundial

Obras avançam e governo investe na capacitação de profissionais

BRASIL PREPARA-SE PARA A COPA

As obras estão em andamento em todas as cidades-sede, sejam elas em estádios, mobilidade urbana, portos, aeroportos ou na expansão da rede hoteleira. O atendimento aos turistas, nacionais ou estrangeiros, será aprimorado com cursos de capacitação e qualificação de profissionais de diversos setores do turismo.

Obras - Serão realizadas 102 obras para preparar as 12 cidades-sede para a Copa de 2014, com cinco já concluídas: Módulos Operacionais (MOP) dos Aeroportos de Campinas, Cuiabá e Porto Alegre; Terminal de Passageiros 4 e a ampliação e revitalização das pistas do Aeroporto de Guarulhos.

- Outras 41 estão em andamento;
- 15 em fase de assinatura de contratos, com previsão de início no primeiro semestre de 2012;
- 24 estão em licitação;
- 17 a licitar ou em fase de elaboração de projetos.

Mobilidade Urbana

52 empreendimentos previstos



As primeiras obras começaram em junho/10 (Belo Horizonte) e os últimos empreendimentos serão concluídos em maio/2014 (Manaus e São Paulo).

A Caixa financiará 41 empreendimentos, com um aporte total de R\$ 6,6 bilhões. O BNDES financia obras de mobilidade em Cuiabá e no Rio de Janeiro (acesso à Arena Pantanal e BRT Transcarioca, respectivamente), totalizando R\$ 1,29 bilhão.

Aeroportos

31 empreendimentos previstos



Até abril de 2014, todas as obras estarão concluídas. Em novembro de 2011, foi assinado, no novo modelo de gestão aeroportuária, o contrato de concessão do aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN) e, em fevereiro de 2012, foram realizados os leilões para as concessões dos aeroportos de Brasília, Campinas e São Paulo (Guarulhos).

Portos

Em novembro de 2011, começou a primeira obra de portos para o Mundial de 2014, no Porto de Recife, e, em fevereiro de 2012, foram iniciadas as obras

em Fortaleza. Outras quatro obras estão em licitação – Natal, Salvador, Santos e Rio de Janeiro - e a obra do Porto de Manaus está em fase de elaboração de projeto.

Estádios

Todos estão em obras. As primeiras obras tiveram início em janeiro/2010 (Etapa 1 – Belo Horizonte) e os últimos empreendimentos serão concluídos até dezembro/2013 (Natal e São Paulo).

Dos R\$ 3,36 bilhões de financiamento do BNDES, R\$ 782 milhões já foram desembolsados, contemplando os oito estádios que tem contrato assinado com o Banco.

Os financiamentos para Curitiba e para São Paulo estão em análise. Brasília não solicitará financiamento. Para o estádio de Porto Alegre, foi assinado contrato com a construtora em 19 de março de 2012, permitindo a retomada das obras, e a solicitação do financiamento pelo BNDES está em análise.





NATAL - ARENA DAS DUNAS

Situação da obra: iniciadas as fundações e a execução do bloco de coroamento das estacas.

Previsão de conclusão: dezembro/2013.



PORTO ALEGRE - BEIRA-RIO

Situação da obra: realizada demolição de 25% da arquibancada baixa e iniciadas as fundações para sustentação da cobertura.

Previsão de conclusão: dezembro/2012.



RECIFE - ARENA PERNAMBUCO

Situação da obra: 32% realizada.

Previsão de conclusão: abril/2013.



RIO DE JANEIRO - MARACANÃ

Situação da obra: 35% realizada.

Previsão de conclusão: abril/2013.



SALVADOR - FONTE NOVA

Situação da obra: 51% realizada.

Previsão de conclusão: dezembro/2012.



SÃO PAULO - ARENA DE ITAQUERA

Situação da obra: 27% realizada.

Previsão de conclusão: dezembro/2013.

CAPACITAÇÃO PARA ATENDER MELHOR OS TURISTAS

Pronatec Copa qualificará profissionais de vários setores turísticos

Cursos nos moldes do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) serão oferecidos a profissionais de 32 atividades ligadas ao turismo, nas 12 cidades-sede da Copa e outros 12 destinos definidos pelo Governo Federal como

indutores do turismo - Foz do Iguaçu, Serra Gaúcha, Roteiros do Vinho (RS), Florianópolis, Cidades Históricas de Minas, Pantanal Matogrossense, Maceió, Aracajú, Belém, Rota das Emoções (MA, PI e CE), Cidades Gaúchas da Fronteira e Santos e entorno.

Realizados em parceria com o Sistema S e as escolas técnicas federais, os cursos beneficiam profissionais como auxiliar de cozinha, garçom, camareira, mestre de cerimônias, recepcionista, agente

de viagens, entre outros. Também serão oferecidos cursos de idiomas.

Os cursos começam em 16 de abril e as inscrições podem ser feitas a partir do dia 2 de abril pelo site www.pronateccopa.turismo.gov.br. Os cursos são organizados pelo critério de escolaridade do aluno e, para se inscrever, o profissional fornecerá seu CPF e o CNPJ da empresa na qual trabalha, que deverá estar incluída no cadastro de prestadores de serviços turísticos do Ministério do Turismo (Cadastur).

Na primeira etapa, serão oferecidas 80 mil vagas. Outras 160 mil serão abertas pelo programa em 2013 e 2014, totalizando 240 mil vagas.

Taxistas também serão capacitados para a Copa

Taxistas de todo o Brasil poderão fazer cursos de línguas estrangeiras (inglês e espanhol) e de em-

preendedorismo. O Projeto Taxista Nota 10 oferecerá as aulas gratuitamente e à distância. O projeto foi criado pelo Sebrae em parceria com a Confederação Nacional do Transporte (CNT), o Serviço Social de Transporte (Sest) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat). O objetivo é capacitar 80 mil taxistas nos próximos dois anos.

O curso de empreendedorismo oferecerá informações sobre assuntos como cuidados com o veículo, condução econômica e pontos turísticos. No curso de línguas estrangeiras, os profissionais aprenderão um vocabulário personalizado, adaptado à linguagem e ao dia-a-dia do taxista. Os taxistas capacitados receberão um adesivo com a identificação Taxista Nota 10, para ser fixado no veículo.

Os interessados podem fazer suas inscrições nas unidades do Sest, Senat e Sebrae de todo o país ou por meio das centrais de atendimento do Sebrae (0800 570 0800) ou da CNT (0800 728 2891).

Obras de novos empreendimentos, ampliação ou reforma de meios de hospedagem deverão criar mais de quatro mil novos leitos nas 12 cidades-sede do Mundial, resultado dos financiamentos já contratados junto aos bancos públicos (Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Caixa e BNDES), desde janeiro de 2010. Foram contratadas 34 operações, totalizando um investimento de R\$ 576,95 milhões, sendo R\$ 371,86 milhões em financiamento.

Há a perspectiva de outros 2.470 leitos, cujos financiamentos estão em análise ou já aprovados, mas não contratados, e que somam R\$ 681,8 milhões de investimentos.

Investimento de
R\$ 580 milhões no setor
hoteleiro ampliará leitos
para turistas



Desenvolvimento do setor aéreo

Concessões vão acelerar investimentos na infraestrutura aeroportuária

Consórcios vencedores pagam ágio de 347% pela concessão dos aeroportos de Guarulhos, Brasília e Viracopos.

RESULTADO DO LEILÃO DE CONCESSÃO DE AEROPORTOS

Foram a leilão, em 6 de fevereiro, na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), as concessões para ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos internacionais de Guarulhos (SP), Brasília (DF) e Viracopos (SP).

O preço mínimo dos lances, em valor global de R\$ 5,5 bilhões, foi superado em 347% e o leilão resultou em um valor global de R\$ 24,5 bilhões a serem pagos ao Governo Federal. O preço final refletiu a participação de 11 consórcios na disputa e a expectativa positiva dos investidores em relação ao desenvolvimento do setor aéreo brasileiro nos próximos anos.

Características e Resultados do Leilão de Concessão dos Aeroportos			
	Guarulhos	Brasília	Viracopos
Consórcio Vencedor	Invepar ACSA	Consórcio InfrAmérica	Consórcio Aeroportos Brasil
Preço Mínimo	R\$ 3,4 bilhões	R\$ 582 milhões	R\$ 1,5 bilhão
Preço Final	R\$ 16,2 bilhões	R\$ 4,5 bilhões	R\$ 3,8 bilhões
Ágio	373,5%	673,4%	159,8%
Prazo de Concessão	20 anos	25 anos	30 anos
Investimentos até a Copa do Mundo 2014	R\$ 1,38 bilhão	R\$ 626,5 milhões	R\$ 873,1 milhões
Investimentos Totais	R\$ 4,6 bilhões (em 20 anos)	R\$ 2,84 bilhões (em 25 anos)	R\$ 8,71 bilhões (em 30 anos)
Contribuição Variável ao FNAC	10% da receita bruta	2% da receita bruta	5% da receita bruta

A partir da celebração do contrato, haverá um período de transição de sete meses para que a Infraero passe a operação à concessionária, que desde o início do contrato já poderá efetuar obras de ampliação.

A Infraero terá uma participação acionária de 49% em cada aeroporto, além de manter a operação das torres de controle de Guarulhos e Viracopos. A torre de controle de Brasília e o controle do espaço aéreo (aproximação) dos três

aeroportos continuarão sob a responsabilidade do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA). A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) fiscalizará os aeroportos concedidos, tanto para garantir a regulação técnica dos serviços prestados, quanto para fiscalizar o cumprimento das obrigações e deveres dos concessionários.

O FUNDO NACIONAL DA AVIAÇÃO CIVIL

Criado em 2011, o Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) é administrado pela Secretaria de

Aviação Civil, com o objetivo de fomentar investimentos nos aeroportos do País e o desenvolvimento da aviação civil brasileira.

Além do valor arrecadado no leilão, de R\$ 24,5 bilhões, que as futuras concessionárias deverão pagar anualmente ao Governo Federal ao longo do período de concessão dos aeroportos de Guarulhos, Brasília e Viracopos, o Fundo contará com aportes anuais calculados sobre a receita bruta desses aeroportos (contribuição variável).

MAIS INVESTIMENTOS

As obras e melhorias requeridas pelo edital de concessão para a ampliação da infraestrutura dos aeroportos de Guarulhos, Brasília e Viracopos correspondem a um investimento estimado de R\$ 16,1 bilhões, sendo R\$ 2,9 bilhões até a Copa de 2014. Estas obras incluem novos terminais nos três aeroportos, ampliação de pistas, pátios, estacionamentos, vias de acesso, entre outras. Durante todo o prazo das concessões, as concessionárias deverão realizar os investimentos necessários para cumprir com os indicadores de performance previstos no contrato. Os investimentos mínimos previstos até a Copa seguem um rígido cronograma, com previsão de multas para as concessionárias, caso ocorram atrasos.

Em dezembro de 2011, foram assinados 18 convênios com 10 Estados (Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) com a finalidade de construir, reformar e adequar aeródromos e aeroportos de interesse regional e estadual. Serão inves-

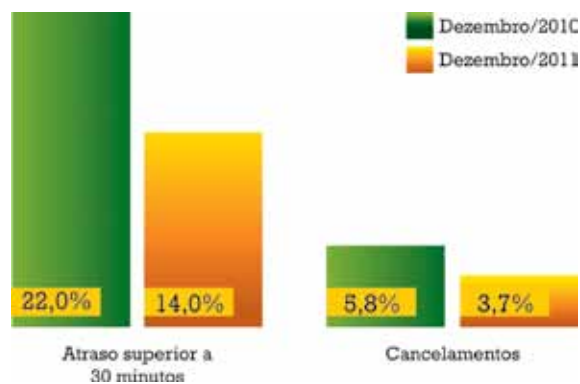
tidos, por meio do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (PROFAA), R\$ 106,5 milhões entre 2011 e 2013, sendo R\$ 73,6 milhões pelo Governo Federal e R\$ 32,9 milhões pelos governos estaduais conveniados.

GESTÃO DOS AEROPORTOS

Em 2011, foram criados 12 Autoridades Aeroportuárias e Centros de Gerenciamento Aeroportuários (CGA), para atuar diretamente na resolução de problemas cotidianos dos aeroportos, coordenando ações dos órgãos públicos para acelerar a tomada de decisão. Sob a coordenação da Comissão Nacional das Autoridades Aeroportuárias (CONAERO), criada em agosto de 2011, a estratégia vem mostrando bons resultados.

Em dezembro de 2011, mesmo com um movimento de passageiros 9% superior ao mesmo mês de 2010, houve redução de 31% no número de atrasos acima de 30 minutos. Além disso, o índice de cancelamentos de voos em dezembro de 2011 foi de 3,7%, inferior ao índice de 5,8%, verificado em dezembro de 2010.

Percentual de voos cancelados ou em atraso nos aeroportos brasileiros (%)



Fonte: Infraero.

Desenvolvimento rural

Mais apoio para a agricultura familiar

O lançamento da Rede Brasil Rural e a entrega de máquinas para abertura, recuperação e conservação de estradas vicinais melhoram as condições de escoamento e comercialização da agricultura familiar

REDE BRASIL RURAL

A Rede Brasil Rural é uma plataforma virtual que facilita o acesso do agricultor familiar a insumos, ao mercado consumidor, à logística e às políticas públicas, cujo funcionamento começa em março. O site para se cadastrar ou acessar a Rede Brasil Rural é: <http://www.redebrasilrural.mda.gov.br/> Por meio dessa plataforma virtual, o agricultor familiar poderá:

- Comparar preços de insumos e de transporte;

- Realizar compras com o cartão BNDES, por meio de suas cooperativas e associações;
- Comprar equipamentos, máquinas e implementos;
- Vender produtos diretamente para a rede varejista ou para o consumidor, por meio do *e-commerce*;
- Vender sua produção ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por meio de suas cooperativas e associações.





Insumos e equipamentos: os agricultores familiares têm acesso a um catálogo online de ofertas de insumos e equipamentos de todo o País, a partir do cadastramento dos fornecedores, permitindo a cotação de preços e o fechamento de negócios também online. O agricultor familiar pode realizar as compras acessando diretamente o financiamento do Programa Mais Alimentos ou utilizando o Cartão BNDES, por meio de suas cooperativas e associações.



Acesso ao mercado: por meio da loja virtual, são realizadas vendas diretamente para as redes varejistas e hoteleiras e também para o consumidor final. No armazém virtual, o consumidor pesquisa as ofertas da agricultura familiar por estado, município ou por produto.



Logística e transporte: os agricultores fazem cotações e negociam diretamente os preços de transporte. As empresas de transporte mapeiam a demanda e promovem a formação eficiente de cargas. O produtor escolhe o itinerário, carga e data da entrega e recebe do sistema as ofertas das transportadoras.



Acesso facilitado a políticas públicas: o portal simplifica os processos de vendas para o PAA e PNAE, facilitando ainda a transparência e o controle social dos dois programas.

MÁQUINAS PARA MELHORAR ESTRADAS VICINAIS

Em dezembro de 2011, foram entregues 114 máquinas retroescavadeiras no Rio Grande do Sul, para a abertura, recuperação e conservação de estradas vicinais, correspondentes ao primeiro lote de máquinas licitadas para este fim no âmbito do PAC 2. Neste ano, já foram entregues mais 71 retroescavadeiras, sendo uma por município, para 31 municípios do Espírito Santo, 20 municípios do Rio de Janeiro e 20 de Santa Catarina.

Ao todo, já foram selecionados 1.299 municípios de até 50 mil habitantes em 26 estados, que receberão 1.275 máquinas retroescavadeiras e 12 motoniveladoras. O investimento previsto para a entrega das máquinas para os municípios selecionados é de R\$ 270 milhões.

Até 2014, o investimento total previsto em máquinas para a abertura, recuperação e manutenção de estradas vicinais é de R\$ 1,8 bilhão.

A melhoria nas vias de acesso às zonas rurais permitirá melhorar as condições de escoamento e comercialização da produção da agricultura familiar, além de garantir melhores condições de vida para a população rural em diversos aspectos, inclusive facilitando o transporte escolar e o turismo rural.

REFORMA AGRÁRIA COM AÇÕES DE APOIO AOS ASSENTAMENTOS

Em 2011, foram criados 108 novos assentamentos e incorporados 1,9 milhão de hectares de terras, beneficiando mais 22 mil famílias no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária. Com isso, os projetos de assentamento ocupam uma área de 87,5 milhões de hectares, onde vivem 931,6 mil famílias, cerca de 4,3 milhões de pessoas.

Municípios beneficiados com equipamentos para estradas vicinais - 1ª seleção - PAC 2



Ações de apoio e monitoramento dos assentamentos:

- **Crédito:** destinação de R\$ 477,6 milhões, beneficiando 61,2 mil famílias.
- **Assistência técnica:** em 2011, 288,1 mil famílias assentadas receberam acompanhamento e orientação produtiva, social e ambiental.

- **Educação e formação profissional:** em 2011, 17 mil agricultores assentados participaram de cursos de educação básica, superior e de especialização, além de cursos técnicos profissionalizantes de nível médio, somente no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

- **Situação dos assentamentos:** foram realizadas, em 2011, vistorias técnicas em 28,2 mil lotes, para aferição da regularidade dos assentamentos. Para coibir a venda de lotes foi lançada a campanha “Reforma Agrária: Essa conquista não está à venda”, cujo objetivo é garantir que as terras sejam destinadas a quem realmente precisa.

- **Infraestrutura básica:** construção de 3,4 mil quilômetros de estradas para facilitar o deslocamento das famílias e o escoamento da produção agrícola. Outras famílias foram beneficiadas com a construção ou reforma de 23,7 mil moradias e com 261 sistemas de abastecimento de água.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Foram regularizados 55,3 mil imóveis em 2011. A ação, em consonância com o Programa Brasil Sem Miséria, garante segurança jurídica aos pequenos proprietários.

PEQUENO PRODUTOR PODE REFINANCIAR DÍVIDAS

Os pequenos produtores rurais com empréstimos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) podem, desde novembro de 2011, renegociar dívidas de até R\$ 30 mil. O prazo para pagamento é de até dez anos, à taxa de juros efetiva de 2% ao ano.

A medida beneficia os produtores inadimplentes e aqueles que estão com a prestação em dia, mas enfrentam dificuldades para efetuar o pagamento. Para os agricultores familiares da região Sul, de municípios que decretaram situação de emergência ou calamidade pública decorrente de estiagem reconhecida pelo Governo Federal, foi prorrogado, até 31 de julho, o prazo para pagamento dos contratos do Pronaf. A medida é válida para os créditos de custeio já renegociados de safras anteriores e de custeio e investimento da safra 2011/2012.

Neste prazo, serão elaborados os laudos de perdas, permitindo que os agricultores com operações cobertas pelo seguro agrícola recebam os recursos desta proteção. Mais de 85% do crédito de custeio na região Sul já contam com a proteção do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), o que corresponde a mais de 390 mil contratos e um valor de R\$ 3,1 bilhões segurados na safra 2011/2012.

Relação federativa

Parcerias com estados e municípios

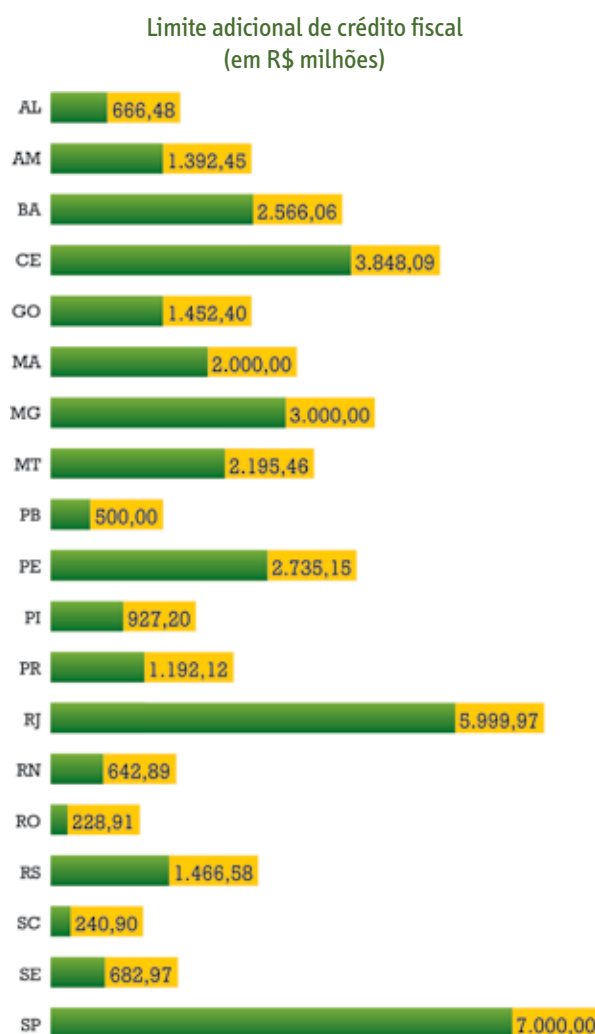
Melhora da situação fiscal aumenta a capacidade de investimento dos estados. Cartão de Pagamento da Defesa Civil é disponibilizado para todos os estados e municípios.

MAIS TRÊS ESTADOS TÊM CRÉDITO FISCAL AMPLIADO

A ampliação do limite de crédito fiscal para Goiás, Santa Catarina e Rio Grande do Norte concluiu o processo de revisão dos programas de ajuste fiscal. Os limites adicionais dos três estados chegam a R\$ 2,336 bilhões, que serão investidos em infraestrutura, saneamento e mobilidade urbana e rural. O processo de revisão dos programas estaduais de ajuste fiscal envolveu 23 dos 25 estados que assinaram tal programa. Apenas três estados não demandaram novas operações de crédito. As novas operações de crédito autorizadas para os 20 estados garantem mais R\$ 39,37 bilhões para investimentos, fundamentais para manter o Brasil em crescimento, gerar mais empregos e estimular o desenvolvimento regional. Expressam também a parceria federativa entre Governo Federal e estados, que fortalece a solidez fiscal do Estado brasileiro e, simultaneamente, cria as condições para a continuidade do crescimento.

CARTÃO DE PAGAMENTO DA DEFESA CIVIL DISPONÍVEL A TODOS OS MUNICÍPIOS

Desde 31 de janeiro de 2012, o Cartão de Pagamento da Defesa Civil pode ser utilizado por todos os 5.565 municípios, estados e o Distrito Federal. Com isto, os recursos da União disponibilizados em casos de desastres poderão ser utilizados de



forma mais ágil e transparente. O Cartão é utilizado exclusivamente para o pagamento de despesas relacionadas às ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais como, por exemplo, aquisição de água potável, colchões e cestas de alimentos.

Cada estado ou município beneficiário do Cartão deverá designar um gestor financeiro e um ou mais portadores, que receberão seus respectivos cartões. Os portadores deverão ser servidores públicos ou ocupar o cargo de secretário estadual ou municipal.

Uma cartilha com os procedimentos para utilização do Cartão está disponível no endereço www.defesacivil.gov.br

SANEAMENTO NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS

O PAC 2 investe R\$ 2,9 bilhões, com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), em ações de saneamento em municípios com até 50 mil habitantes. Estes recursos financiarão a implantação de sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de soluções estáticas de esgotamento sanitário, além da elaboração de projetos. Serão investidos R\$ 2,6 bilhões em obras e R\$ 300 milhões em projetos.

Cerca de três mil municípios em todos os estados devem ser atendidos. Foram selecionadas 3.769 propostas e, até março de 2012, 1.842 empreendimentos foram contratados, totalizando R\$ 2,4 bilhões.

Estão disponíveis também R\$ 1,1 bilhão, em recursos do FGTS e FAT, para empréstimos a pequenos municípios para ações de saneamento

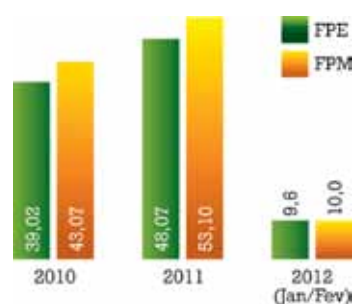
básico. Já foram selecionadas 134 propostas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que beneficiarão 125 municípios em 13 unidades da federação.

CRESCIMENTO DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

Nos dois primeiros meses de 2012, o Fundo de Participação dos Estados (FPE) transferiu R\$ 9,6 bilhões e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), R\$ 10 bilhões, para Estados e municípios, respectivamente.

Em 2011, as transferências do FPE totalizaram R\$ 48,07 bilhões e as do FPM, R\$ 53,10 bilhões, já descontadas as parcelas destinadas ao FUNDEB. Esse resultado significa um crescimento do FPE de 23,2% e do FPM de 23,3%, em relação ao resultado de 2010.

Transferência para FPE e FPM (R\$ bilhões)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional / Ministério da Fazenda.



Brasil e o Mundo

Brasil e o mundo

Período é marcado pela intensificação da agenda bilateral, fortalecimento das relações com países da América Latina e Caribe e preparação do País para a Rio + 20

AGENDA REGIONAL E MULTILATERAL

Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)

Em dezembro de 2011, em Caracas, os Chefes de Estado e de Governo da América Latina e do Caribe formalizaram o funcionamento da nova Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

Composta pelos 33 países da região, a CELAC promoverá a cooperação, a concertação política e a projeção internacional da América Latina.

A Comunidade traz um novo conceito de América Latina e Caribe, articulando políticas cooperativas e de integração para atender aos problemas da região a partir de sinergias inter-regionais (desenvolvimento econômico, combate à pobreza e miséria, proteção do meio ambiente, entre outros).

XLII Cúpula de Presidentes do Mercosul e Estados Associados

Realizada em dezembro de 2011, em Montevideu, contou com a presença dos Chefes de Estado do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Venezuela e Equador. Entre os principais resultados, destacam-se:

- Aprovação de mecanismo que autoriza os Estados Partes do Mercosul a elevarem, até dezembro de 2014, as alíquotas do imposto de importação para até 100 produtos provenientes de países extrazona;

- Criação de Grupo de Alto Nível para definir, em conjunto com o Governo do Equador, as condições para a adesão do país ao Mercosul como membro pleno;
- Criação da Reunião Especializada da Mulher, dando novo status ao tratamento dos temas de gênero no Bloco;
- Decisão de adotar, no marco do Plano Estratégico de Ação Social (PEAS), Estratégias Sociais Regionais Anuais que orientarão a execução do Plano. O ano de 2012 será dedicado à “Erradicação da Extrema Pobreza e da Fome no Mercosul”;
- Assinatura do Protocolo de Montevideu, que aperfeiçoa os mecanismos de consulta e concertação entre os países do Mercosul em casos de ameaça ou ruptura da ordem democrática, em consonância com o Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da Unasul sobre Compromisso com a Democracia;
- Assinatura de Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a Palestina, reafirmando o apoio dos Estados Partes do bloco ao estabelecimento do Estado Palestino.

II Reunião do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) da UNASUL

Realizada em novembro de 2011, em Brasília, teve como principais resultados:

- Aprovação do Plano de Ação Estratégico (PAE) 2012-2022, que busca incorporar mecanismos de participação social nos projetos de infraestrutura e aperfeiçoar as ferramentas para financiamento e execução das obras;
- Aprovação da Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API), com investimentos de US\$ 13,6 bilhões em 31 grandes projetos, incluindo temas ambientais, proteção das populações indígenas e conservação do patrimônio histórico-cultural e,
- Aprovação da criação de três Grupos de Trabalho:
 - Integração Ferroviária Sul-Americana, que conduzirá as discussões relativas à construção do Corredor Ferroviário Bioceânico;
 - Telecomunicações, que tratará da constituição de Anel Óptico Sul-Americano;
 - Mecanismos de Financiamento e Garantias, que elaborará equações financeiras para viabilizar projetos da API, com apoio dos bancos de fomento nacionais e regionais.

XI Reunião de Ministros das Relações Exteriores da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)

Realizada em novembro de 2011, em Manaus, decidiu pela criação do “Observatório Amazônico”, fórum permanente de autoridades científicas para avaliar a situação dos estudos sobre a biodiversidade.

Durante o encontro, além do documento final “Compromisso de Manaus”, foi assinada Declaração Conjunta para a Conferência Rio + 20, por meio da qual os países da OTCA reafirmam seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e inclusivo e ressaltam a necessidade de maior

comprometimento dos países desenvolvidos com a oferta de recursos financeiros para a agenda socioambiental.

O Brasil destacou a importância da redução da desigualdade e promoção da justiça social nas agendas internas e internacionais dos países amazônicos e propôs que temas do desenvolvimento social e combate à pobreza sejam priorizados nos novos projetos da OTCA.

17ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e 7ª Reunião das Partes no Protocolo de Quioto

Realizadas em Durban, África do Sul, entre 28 de novembro e 11 de dezembro de 2011, alcançou os seguintes resultados:

- Definição do início do segundo período de compromisso do Protocolo de Quioto para 2013, a partir de quando os países desenvolvidos terão obrigações quantificadas de redução de emissões. A continuidade do Protocolo fortalece o tratamento multilateral da questão da mudança do clima e preserva o único instrumento internacional vinculante que define compromissos específicos de mitigação. Sua manutenção era prioridade para o Brasil e,
- Lançamento do processo de negociação por meio da chamada “Plataforma de Durban para Ação Fortalecida”.

Preparativos para a Conferência Rio+20

Em 10 de janeiro de 2012, a ONU publicou a primeira versão da Declaração Final da Conferência - “Minuta Zero”. O texto será a base para as negociações durante a Rio+20.

Na IV Reunião da Comissão Nacional da Rio+20, em Nova Iorque, entre 25 e 27 de janeiro, foram apresentados os resultados da primeira rodada de discussões sobre a “Minuta Zero”. A comissão é composta de representantes do Governo e Sociedade Civil e responde pela preparação das posições do País. A próxima rodada será 19 de março, em Nova Iorque.

Parceria Global de Bioenergia

Em novembro de 2011, o Comitê Gestor da Parceria Global de Bioenergia (GBEP), co-presidido por Brasil e Itália, aprovou relatório intitulado “Indicadores de Sustentabilidade em Bioenergia”.

São 24 indicadores de sustentabilidade para a produção e o uso de bioenergia, sendo oito para cada pilar de sustentabilidade: o econômico, o social e o ambiental.

A finalidade é oferecer, aos formuladores de políticas públicas interessados, uma ferramenta para subsidiar a elaboração de políticas e programas nacionais de bioenergia e monitorar seu impacto, além de interpretar e responder aos impactos ambientais, sociais e econômicos de sua produção e uso.

A co-presidência ítalo-brasileira do GBEP, vigente desde 2008, foi estendida por mais um ano.

Visita da Diretora-Executiva da ONU Mulheres ao Brasil

A Subsecretária-Geral das Nações Unidas e Diretora-Executiva da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento da Mulher (ONU Mulheres) realizou visita ao Brasil entre 14 e 16 de dezembro de 2011.

Na ocasião, fez entrega oficial do Relatório de Proteção Social para uma Globalização Equitativa e Inclusiva à Presidenta da República do Brasil e abordou temas relacionados à experiência brasileira no combate à pobreza e à fome, à cooperação Sul-Sul na área de gênero e às perspectivas para a Conferência Rio + 20 na área de gênero e empoderamento das mulheres.

No Rio de Janeiro, a Diretora-Executiva da ONU Mulheres também visitou o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB).

Encontro Iberoamericano de Alto Nível em Comemoração ao Ano Internacional dos Afrodescendentes

A Presidenta da República presidiu, em 19 de novembro de 2011, em Salvador, o Encontro Iberoamericano de Alto Nível em Comemoração ao Ano Internacional dos Afrodescendentes.

A reunião contou com a presença dos Presidentes de Cabo Verde, Guiné e Uruguai, do Vice-Presidente da Colômbia e dos Ministros da Cultura de Angola, Benin, Cuba e Peru.

Durante o encontro, adotou-se a Declaração de Salvador, que recomendou a instituição de “Observatório de Dados Estatísticos sobre os Afrodescendentes na América Latina e no Caribe”, e a criação do “Fundo Iberoamericano em Benefício dos Afrodescendentes”, baseado em contribuições voluntárias.

AGENDA BILATERAL

Visita à Venezuela

Em 6 de dezembro, ocorreu a primeira visita presidencial à Venezuela, quando foram assinados 11

acordos nas áreas de habitação popular, ciência e tecnologia, finanças, aéreo, energia e petróleo e agricultura.

Visita à Argentina

Em 10 de dezembro, realizou-se visita oficial à Argentina, em razão da posse da Presidenta daquele país.

Durante esta viagem, foi realizado primeiro encontro bilateral com o Presidente de Honduras, após a normalização das relações bilaterais.

Visita do Primeiro-Ministro da França

Em 16 de dezembro, o Primeiro-Ministro da França realizou visita oficial ao Brasil, quando se reafirmou a parceria estratégica entre os dois países, com especial ênfase no aprofundamento dos vínculos existentes em áreas de tecnologias de ponta e no campo do ensino superior e da pesquisa, no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras.

Visita do Presidente da República da Guiné

Entre 17 e 22 de novembro, o Presidente da República da Guiné realizou visita oficial ao Brasil. Os dois chefes das nações manifestaram a intenção de aprofundar o relacionamento bilateral, principalmente nas áreas de mineração, energia e agricultura.

A visita foi importante para as discussões relativas aos investimentos de empresas brasileiras na região de Simandou, na Guiné. Durante a visita, foi assinado Acordo de Cooperação Técnica e acordado o início de negociações relativas à criação de linha de crédito por parte de BNDES.

Visitas a Cuba e ao Haiti

Entre os dias 30 de janeiro e 1º de fevereiro, foram realizadas visitas oficiais a Cuba e ao Haiti.

Em Cuba, foi reiterado o desejo de contribuir para o êxito do processo de atualização do modelo econômico cubano. Acordou-se a intensificação da cooperação nas áreas de segurança alimentar e técnico-científica, sobretudo no campo da saúde. A visita teve também o objetivo de ampliar o espaço de atuação de empresas brasileiras em Cuba.

No Haiti, reafirmou-se o compromisso com a soberania, a estabilidade e o desenvolvimento econômico e social do país. Além de sua atuação no âmbito da Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH), a agenda brasileira no país está centrada na cooperação técnica, no apoio a projetos de infraestrutura e no esforço de atração de investimentos produtivos capazes de dinamizar a economia haitiana.

Brasil e Cuba atuam na estruturação de sistema público de saúde no Haiti e mantêm programas nas áreas de segurança alimentar, agricultura familiar, moradia, formação de pessoal, segurança cidadã e defesa civil. Na área de infraestrutura energética, o Brasil trabalha para viabilizar a hidrelétrica de Artibonite 4C, com capacidade de 32 MW, para atender à demanda de um milhão de haitianos (aproximadamente 10% da população).

Visita do Primeiro-Ministro da Finlândia

Em 14 de fevereiro, o Primeiro-Ministro da Finlândia realizou visita oficial ao Brasil. Os Chefes de Governo mapearam áreas de cooperação para os próximos anos, com destaque para defesa, meio ambiente e turismo.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

A cooperação humanitária brasileira é um importante vetor da atuação internacional do Brasil.

Além de contribuir para a garantia da segurança alimentar de populações de outros países, o Brasil intensificou a prestação de assistência humanitária a países afetados por calamidades, epidemias, terremotos, tsunamis e conflitos internos. As ações vão desde doação de recursos até envio de profissionais, medicamentos e alimentos.

Em 2011, o Brasil figurou como décimo país contribuinte do Programa Mundial de Alimentos (PMA), o maior organismo humanitário do Sistema das Nações Unidas.

Principais ações de ajuda humanitária em 2011, mediante doação de recursos aos beneficiários:

- Nicarágua e Honduras, em razão da depressão tropical E-12;
- Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos para a reconstrução de Gaza;
- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, em favor de refugiados, deslocados internos e pessoas em situação de vulnerabilidade no Haiti, em Ruanda e no Quênia;

- Programa Alimentar Mundial, em cooperação humanitária ao Camboja;

- Cruz Vermelha, em atendimento aos flagelados da Tailândia;

- Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em apoio às ações humanitárias empreendidas pela organização na Turquia;

- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no âmbito do “Plano Nacional de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais”. Realizada contribuição humanitária por meio da Embaixada do Brasil em La Paz;

- Programa Alimentar Mundial, Fundo de População das Nações Unidas e Unesco, em auxílio ao Haiti;

- Serviço de Desminagem das Nações Unidas (UNMAS), em apoio aos esforços de desminagem do território líbio.

Em janeiro de 2012, foi também concedido auxílio para transporte dos brigadistas voluntários do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do IBAMA que seguiram em missão de combate a incêndios florestais no centro-sul do Chile.

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 97 DE 12 DE JANEIRO DE 2012 DO CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO

A resolução oferece aos cidadãos haitianos a possibilidade de concessão de vistos permanentes especiais, por até cinco anos, sem necessidade de comprovação de qualificação profissional ou apresentação de contrato de trabalho.

A medida visa organizar o crescente fluxo de imigrantes haitianos ao Brasil, registrado após o terremoto no Haiti em janeiro de 2010, sobretudo para evitar os riscos associados à integridade física, à dignidade dos imigrantes e a ameaça de exploração por parte de redes criminosas.



Agenda Normativa

Econômica e financeira

Medida Provisória

549, de 17.11.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/COFINS de produtos destinados a pessoas com deficiência visual, tais como lupas eletrônicas implantes cocleares, próteses oculares, mouses, scanners e teclados.
550, de 17.11.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Autoriza a União a conceder subvenção econômica a instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, em operações de financiamento para a aquisição, por pessoa física, de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, no limite de R\$ 25 milhões ao ano. • Autorizada a utilização dos recursos de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, desde que os valores das operações sejam direcionados exclusivamente para adquirir bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência.
552, de 1.12.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Amplia o valor do imóvel considerado projeto de incorporação de imóveis de interesse social para R\$ 85 mil (oitenta e cinco mil reais), no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida no regime especial de tributação aplicável às incorporações imobiliárias.
554, de 23.12.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Autoriza a União a conceder subvenção econômica, no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), para incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares, sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas as instituições financeiras para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado, no limite anual de R\$ 500 milhões. • Autoriza a União a conceder subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxas de juros, nas operações de financiamento para a estocagem de álcool combustível, com o objetivo de reduzir a volatilidade de preço e de contribuir para a estabilidade da oferta do produto.
556, de 23.12.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoa o sistema da contribuição social do servidor público ativo. • Inclui como beneficiários do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) as empresas de dragagem, dos recintos alfandegados de zona secundária e dos centros de treinamento profissional. • Fixa em 31 de dezembro de 2015 o prazo para efetuar aquisições e importações amparadas no Reporto. • Seguindo a mesma regra adotada pela Medida Provisória nº 552, amplia o valor comercial das unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida para que a empresa responsável pela construção das unidades habitacionais fique autorizada, em caráter opcional, a efetuar o pagamento unificado de tributos. • Estabelece a forma de recolhimento do valor atribuído à empresa produtora vendedora no Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra). • Amplia a alíquota específica da Cide na importação e na comercialização no mercado interno do álcool etílico combustível.
558, de 05.01.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Altera limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Mapinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós • Dispõe que áreas não inundadas pelos Aproveitamentos Hidrelétricos de Tabajara, São Luiz do Tapajós e Jatobá serão reintegradas às unidades de conservação por ato do Poder Executivo.

Emenda Constitucional

Emenda Constitucional 68, de 21.12.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Fixa até 31 de dezembro de 2015, o prazo para vigência da desvinculação de 20% (vinte por cento) da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, por meio de alteração do art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que trata da desvinculação de receitas orçamentárias.
---	---

Leis

139, de 10.11.2011 (Lei complementar)	<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoa o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, principalmente no que se refere ao Microempreendedor Individual (MEI). • Simplifica os procedimentos de abertura, registro, alteração e baixa do MEI. • Altera os limites de faturamento para enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte.
12.543, de 08.12.2011 (Brasil Maior)	<ul style="list-style-type: none"> • Autoriza o Conselho Monetário Nacional, para fins de política monetária e cambial, a estabelecer condições específicas para negociação de contratos de derivativos. • Estabelece como responsáveis para a cobrança do IOF, nas operações relativas a títulos ou valores mobiliários, as instituições autorizadas a operar na compra e venda de títulos e valores mobiliários e, nas operações de contratos derivativos, as entidades autorizadas a registrar os referidos contratos. • Altera normas relativas ao IOF, como a alíquota máxima nos contratos de derivativos.
12.545, de 14.12.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre o Fundo de Financiamento à Exportação (FFEX), inclusive autorizando a União a participar, no limite global de até um bilhão de reais no Fundo de Financiamento à Exportação (FFEX), para formação de seu patrimônio. • Amplia o rol de setores para os quais a União está autorizada a conceder subvenção econômica, sob as modalidades de equalização de taxas de juros e de concessão de bônus de adimplência sobre os juros em operações de financiamento, inclusive o de tecnologias assistivas às pessoas com deficiência.
12.546, de 14.12.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra). • Dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) à indústria automotiva. • Altera o modelo de incidência das contribuições previdenciárias devidas por setores específicos. • Altera o modelo de tributação de cigarros. • Proíbe o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo fechado, privado ou público e restringe a publicidade desses produtos.
12.593, de 18.01.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015.
12.595, de 19.01.2012	<ul style="list-style-type: none"> • Estima a receita e fixa a despesa da união para o exercício financeiro de 2012 (LOA 2012).

Decretos

7.600, DE 07.11.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Reduz a zero a alíquota do Imposto de Importação incidente sobre os insumos adquiridos por empresas beneficiárias pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS), incluindo máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos e software que sejam incorporados ao ativo imobilizado. • Fixa em 22 de janeiro de 2015 o prazo para as empresas apresentarem projetos de pesquisa e desenvolvimento. • Estabelece regras relativas ao percentual de investimento em pesquisa e desenvolvimento e os prazos de apresentação de relatórios.
7.601, DE 07.11.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelece a aplicação de margem de preferência nas licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de produtos de confecções, calçados e outros artefatos, com vistas à promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
7.604, de 10.11.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Altera dispositivos normativos relativos ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na indústria automotiva decorrentes da Lei 12.546/2011.
7.617, de 17.11.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC).
7.619 de 21.11.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Regulamenta a concessão de crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de resíduos sólidos de Cooperativas de Catadores.
7.623, de 22.11.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Regulamenta a aplicação de rastreabilidade na cadeia produtiva das carnes de bovinos e de búfalos, regulamentando a Lei 12.097 de 24 de Novembro de 2009.
7.631, de 01.12.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Reduz o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre alguns eletrodomésticos como geladeiras e fogões. • Reduz a zero a alíquota de IPI incidente sobre papel sintético destinado à impressão de livros e periódicos.
7.632, de 01.12.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Reduz as alíquotas do Imposto de Operações Financeiras para operações de crédito de pessoa física. • Fixa alíquota zero em diversas operações de câmbio contratadas por investidor estrangeiro, para ingresso de recursos no País.
7.633, de 01.12.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Regulamenta o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra).
7.641, de 12.12.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Altera normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse. • Fixa em 16 de Janeiro de 2012 o prazo para que todos os órgãos da administração se interliguem ao Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV). • Estabelece prazos para implantação de funcionalidades no SICONV.
7.644, de 16.12.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, dando competência ao MDS e ao MDA para, em conjunto, executar o Programa por meio da transferência direta de recursos financeiros não reembolsáveis e da disponibilização de serviços de assistência técnica.
7.655, de 23.12.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Regulamenta a Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, dispondo sobre o valor do salário mínimo de R\$ 622 (seiscentos e vinte e dois reais), vigente a partir de 1º de Janeiro de 2012.
7.657, de 23.12.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Altera o Decreto nº 7.403, de 23 de dezembro de 2010, que estabelece regra de transição para destinação das parcelas de royalties e de participação especial devidas à administração direta da União em função da produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos em áreas do pré-sal contratadas sob o regime de concessão, de que trata o § 2o do art. 49 da Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

Social

Medidas Provisórias

557, de 26.12.2011 Retificada em 27.01.2012 (Rede Cegonha)	<ul style="list-style-type: none"> • Institui o Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna, visando garantir a melhoria do acesso, da cobertura e da qualidade da atenção à saúde materna, com cadastramento, avaliação e acompanhamento da gestação, do parto e puerpério, notadamente nas gestações de risco. • Autoriza a União a conceder benefício financeiro para auxiliar o deslocamento de gestantes com o objetivo de acesso às ações e aos serviços de saúde relativos ao acompanhamento do pré-natal e assistência ao parto prestados pelo SUS.
--	--

Leis

140, de 08.12.2011 (Lei Complementar)	<ul style="list-style-type: none"> • Fixa normas para a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção do meio ambiente.
141 de 13.01.2012 (Lei Complementar)	<ul style="list-style-type: none"> • Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo; revoga dispositivos das Leis 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993.
12.522, de 11.11.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Promove alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011 (LOA) para dispensar a apresentação de certificação de entidade beneficente de assistência para receber transferência de recursos a título de subvenções sociais as entidades de atenção à saúde dos povos indígenas, de atenção a dependentes químicos, de combate à extrema pobreza e de atendimento a pessoas com deficiências.
12.527, de 18.11.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, estabelecendo o procedimento, as restrições e as responsabilidades com o intuito de assegurar o direito fundamental de acesso à informação.
12.528, de 18.11.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Cria a Comissão Nacional da Verdade com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período do regime militar, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.
12.550, de 15.12.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), cuja finalidade é a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade.
12.551, de 15.12.2011	<ul style="list-style-type: none"> • Promove alteração na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para definir a não distinção entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado à distância. • Equipara os meios telemáticos e os meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho.

Leis (Continuação)

12.562, de 23.12.2011	<ul style="list-style-type: none"> Estabelece disposições sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal, regulamentando o inciso III do art. 36 da Constituição Federal.
12.592, de 18.1.2012	<ul style="list-style-type: none"> Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador, obrigando que estes profissionais obedeçam às normas sanitárias, com esterilização de materiais e utensílios utilizados no atendimento a seus clientes.
12.594, de 18.1.2012	<ul style="list-style-type: none"> Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas ao adolescente infrator. Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para estabelecer limites e procedimentos para a dedução, do imposto de renda, dos valores das doações feitas aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais.

Decretos

7.602, de 7.11.2011	<ul style="list-style-type: none"> Dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST), que tem por objetivos a promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e a prevenção de acidentes e de danos à saúde advindos, relacionados ao trabalho ou que ocorram no curso dele, por meio da eliminação ou redução dos riscos nos ambientes de trabalho.
7.611, de 17.11.2011	<ul style="list-style-type: none"> Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado, visando garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Admite a dupla matrícula dos estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado.
7.612, de 17.11.2011	<ul style="list-style-type: none"> Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Plano Viver sem Limite), com a finalidade de promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência.
7.616, de 17.11.2011	<ul style="list-style-type: none"> Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em situações que demandem o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública. Institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN-SUS), como programa de cooperação voltado à execução de medidas de prevenção, assistência e repressão a situações epidemiológicas, de desastres ou de assistência à população.
7.626, de 24.11.2011	<ul style="list-style-type: none"> Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional, com a finalidade de ampliar e qualificar a oferta de educação nos estabelecimentos penais.
7.634, de 05.12.2011	<ul style="list-style-type: none"> Discrimina as ações do Programa Territórios da Cidadania a serem executados por meio de transferência obrigatória destinadas aos órgãos e entidades de Municípios com menos de 50 mil habitantes.
7.636, de 7.12.2011	<ul style="list-style-type: none"> Dispõe sobre o apoio financeiro da União aos entes federados com a finalidade de aprimorar os serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social com base no Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social (IGDSUAS).

Decretos (continuação)

7.637, de 8.12.2011	<ul style="list-style-type: none"> Altera o Decreto que instituiu o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas para reforçar a política, sua governança e as ações prioritárias.
7.642, de 13.12.2011	<ul style="list-style-type: none"> Institui o Programa Ciência sem Fronteiras, com o objetivo de propiciar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência e atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias.
7.646, 21.12.2011	<ul style="list-style-type: none"> Dispõe sobre a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde e sobre o processo administrativo para incorporação, exclusão e alteração de tecnologias em saúde pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e dá outras providências.
7.649, de 21.12.2011	<ul style="list-style-type: none"> Promove alterações no Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) transferindo para o Ministério da Educação a responsabilidade pelo Projovem Urbano. Reduz de dois para um ano o ciclo completo de atividades do Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo. Detalha atribuições de acompanhamento e monitoramento do Projovem Urbano para a Secretaria Geral da Presidência da República.
7.664, de 11.01.2012	<ul style="list-style-type: none"> Estabelece novo parâmetro para o saque em contas vinculadas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em casos de desastres naturais.
7.647, de 21.12.2011	<ul style="list-style-type: none"> Dispõe sobre a obrigatoriedade de exibição de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras, pelas empresas proprietárias, locatárias ou arrendatárias de salas ou complexos de exibição pública comercial.

Infraestrutura

Medida Provisória

551, de 22.11.2011	<ul style="list-style-type: none"> Altera o percentual do adicional existente sobre tarifas aeroportuárias à aplicação em melhoramentos, reaparelhamento, reforma, expansão e depreciação de instalações aeroportuárias. Altera a distribuição do adicional entre a parcela de utilização direta do Governo Federal e a ser aplicada nos estados, mediante convênio, por meio do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos, a ser criado. Destina ao FNAC parcela das tarifas de embarque internacional. Delimita e consolida, na lei própria, os recursos do FNAC. Cria a tarifa aeronáutica de conexão. Desmembra as duas tarifas de utilização das instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea em três tarifas. Altera a Lei da Infraero para permitir à empresa a criação de subsidiárias e a sua participação em outras empresas. Determina à ANAC e ao Ministério da Defesa a recomposição dos valores tarifários em decorrência das mudanças previstas nesta MP.
--------------------	---

Leis

12.529, de 30.11.2011	<ul style="list-style-type: none">• Dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica.• Reformula o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).• Cria a Superintendência-Geral do Cade e extingue a Secretaria de Direito Econômico (SDE) no âmbito do Ministério da Justiça.
12.587, de 3.1.2012	<ul style="list-style-type: none">• Institui princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana.• Contribui para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana.• Traz definições quanto ao transporte urbano.

Decretos

7.603, de 09.11.2011	<ul style="list-style-type: none">• Regulamenta as condições para aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação.
7.615, de 17.11.2011	<ul style="list-style-type: none">• Altera o Decreto que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos da Administração Pública federal quanto às ações do Poder Executivo federal no âmbito da Autoridade Pública Olímpica (APO).
7.624, de 2.11.2011	<ul style="list-style-type: none">• Estabelece as condições para a exploração pela iniciativa privada da infraestrutura aeroportuária, por meio de concessão.
7.625, de 24.11.2011 e 7.662, de 28.12.2011	<ul style="list-style-type: none">• Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento a serem executadas por meio de transferência obrigatória
7.656, de 23.12.2011	<ul style="list-style-type: none">• Altera a regulamentação do Programa Luz para Todos para permitir que os projetos que tenham sido contratados ou que estavam em processo de contratação, até 30 de outubro de 2010, possam ser incluídos no Programa "LUZ PARA TODOS", para o período de 2011 a 2014.

Internacional

Decretos de Promulgação

7.667, de 11.1.2012	<ul style="list-style-type: none">• Promulga o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), firmado em Brasília, em 23 de maio de 2008.
---------------------	---



brasil.gov.br 